

Para além da Sociedade de Informação

Barry Wellmann num artigo intitulado "As Três Eras dos Estudos da Internet: dez, cinco e zero anos atrás" (2004) sugere que podemos isolar historicamente três momentos diferenciados da análise do fenómeno *internet*, sendo a primeira Era de análise da Internet, caracterizada essencialmente por visões utópicas e distópicas sobre o seu impacto no futuro.

No entanto, aquilo que Wellmann designa por *Primeira Era* é algo de comum à história da apropriação social das tecnologias. Trata-se de um processo, de enaltecimento e duvidar, que não encerra muito de novo. Historicamente, qualquer nova tecnologia quando é apresentada ao público encerra sempre um debate moral (Hintikka 1998, 30 citado em Jari Airo 2001). Nas fases iniciais de adopção de uma tecnologia, a fabulação acrítica das suas possibilidades, bem como os exageros acerca dos seus efeitos perniciosos, são normais. Um exemplo temporalmente próximo e vivido por muitos de nós é a lenda urbana da possibilidade de os telemóveis queimarem literalmente células cerebrais devido à sua utilização prolongada (Airo 2001, p. 83).

Esse tipo de discurso acompanha todas as tecnologias de informação e comunicação que surgiram nas nossas sociedades, desde o livro à televisão chegando agora aos telemóveis e à Internet. O que, com a Internet, sucedeu de diferente foi o momento em que tais discursos se manifestaram e o seu grau de intensidade.

Umberto Eco, semiólogo italiano, analisou, num dos seus trabalhos, o que denominou de *luta* entre Apocalípticos e Integrados. Para Eco (1991), sempre que uma nova tecnologia de comunicação e informação inicia o seu processo de difusão na sociedade, um certo número de indivíduos aponta os seus benefícios e a forma como ela irá contribuir para uma evolução positiva das sociedades – os Integrados – enquanto outros apontam o seu potencial para o desequilíbrio da actual ordem – os Apocalípticos – e a possibilidade negativa da utilização dessas tecnologias. É uma discussão recorrente nas nossas sociedades.

Com a Internet, assistimos de novo a uma variação do momento e grau de intensidade do debate entre Apocalípticos e Integrados. O que

Quadro 1.1 – Entrevista de José Saramago ao Jornal Folha de S. Paulo

Folha – E a Internet?	Folha – O Senhor é contra a Internet?
Saramago – A Internet comunica muito menos do que aquilo que se cre. Para que haja comunicação, penso que é necessário que o outro esteja perto de nós. A comunicação não é só possível à distância e por meios electrónicos. É verdade que antigamente nós também escrevíamos cartas. Não éramos nós que fomos pelo correio, mas uma folha de papel dobrada que chegava ao outro lado. Ocorre que vivemos, creio que é bastante claro, numa cultura da frivolidade. Sabemos que 90% ou mais das mensagens que circulam pela Internet não têm importância nenhuma, ainda que a vida também seja feita de banalidades.	Saramago – Não. Ela é evidentemente um instrumento verdadeiramente extraordinário. A bondade da Internet depende do uso que se faça dela. Se é para satisfazer uma necessidade de conhecimento, de saber, a Internet torna-se algo absolutamente precioso. Mas, se as pessoas se convertem em maníacos pela Internet, há aí uma perversão do instrumento. O benéfico vira prejudicial.

11 de Novembro de 2000

ocorreu com a Internet foi que no momento de generalização do acesso à tecnologia se assistiu à quase omnipresença de um discurso sobre as possibilidades positivas da Internet e o enaltecimento do seu carácter fundamentalmente inovador na mudança que poderia propiciar. A grande maioria das peças jornalísticas e de opinião, a par dos livros, fossem eles de carácter académico ou futurólogo, em Portugal e nos países mais desenvolvidos na sua utilização – o hemisfério norte e seus países mais ricos – apontou durante a segunda metade da década de noventa, ou seja, desde o surgimento da World Wide Web, para uma visão utópica quanto à mudança que a Internet traria às nossas sociedades. Como sugere Wellmann (2004) as análises apresentavam-nos uma Internet igualitária e expansível à escala do globo, ignorando a forma como diferenças de poder e de *status* poderiam condicionar essas interações *online* e *offline*.

O discurso sobre os eventuais impactos negativos da Internet esteve, numa fase inicial, arredado da discussão pública e, quando tomou forma, foi quase sempre limitado a três grandes temáticas: pornografia (e mais recentemente pedofilia); vício na utilização e isolamento social; transacções comerciais e insegurança dos dados. Tratou-se de um discurso eminentemente residual, em termos da quantidade de atenção que lhe foi dispensada, quando comparado com o discurso mais positivo sobre as virtudes dessa tecnologia. Tratou-se também de um discurso em que, em oposição à ideologia de mudança positiva, apenas se contrapuseram críticas sobre aspectos parcelares dessa eventual mudança.

Embora Wellmann caracterize o discurso utópico e distópico como característico de um primeiro momento de análise da Internet, podemos sugerir que, concordando com Wellmann neste ponto, ambos os tipos de discurso caracterizaram a produção intelectual académica nos primórdios da difusão da Internet, mas que o discurso distópico ganhou um espaço permanente, ainda visível hoje nos *mass media* tradicionais (algo que, como veremos ao longo deste trabalho, está quase sempre ausente do discurso dos líderes de opinião nos *media* mas, por outro lado, é uma constante nas temáticas afloradas por jornalistas na televisão, jornais e rádio). No entanto, esse discurso distópico não é apanágio único dos *media* pois também deixou marcas no mundo intelectual, nomeadamente entre os cientistas sociais de áreas não directamente relacionadas com a investigação empírica dos fenómenos associados à Internet e tecnologias de informação, mas também em outras esferas da intelectualidade, como exemplifica a entrevista do prémio Nobel da literatura José Saramago ao jornal a Folha de S. Paulo:

Jari Aro (2001) sugere que a crítica às tecnologias de informação e à sociedade de informação deve ser vista como uma crítica cultural, num contexto de crítica difusa da alienação, e não de crítica às tecnologias em si. Assim, o seu objectivo não são as tecnologias de informação, mas o que reside por detrás delas. Essa crítica é a expressão de uma preocupação sobre a natureza das sociedades modernas e da sua cultura. Na análise comparativa do discurso produzido sobre a sociedade de informação na Finlândia e pelas instituições da União Europeia, Aro refere que essa crítica cultural está estruturada através do recurso a uma dualização conceptual. Trata-se de uma crítica nosológica de cultura em que se avalia o presente em função de um passado indefinido no qual os valores possuíam uma natureza certa e constante. Esse passado construído é depois utilizado como critério normativo a partir do qual as circunstâncias presentes são criticadas.

Um exemplo comum (e exemplificado na citação anterior) é o que refere uma crescente indiferença entre real e virtual. O *real* nesse discurso é utilizado para se referir a muitas coisas, como, por exemplo, à realidade concreta ou à sua natureza e experiência vivida, à comu-

nicação face a face, à capacidade de realizar coisas com as próprias mãos ou à percepção de valores sociais fortes. Por seu lado o *virtual*, oferecido pelas tecnologias de informação, distorceria a nossa concepção e experiência da realidade de uma forma ou outra. Ainda segundo Jari Aro (2001, p. 82) outra dualidade frequentemente utilizada é a que opõe *passivo a activo* e que, tal como antes havia servido para o discurso crítico face à televisão, incorpora agora ideias como a de que as tecnologias de informação impediriam as crianças de aprenderem pela experiência, fomentando assim uma mera adopção passiva do conhecimento.

A escolha das temáticas de crítica em torno da Internet e do uso das novas tecnologias na sociedade de informação encerrou quase sempre debates também historicamente recorrentes. Assim, o isolamento social foi uma crítica feita à difusão do livro, quem lê não vai participar em discussões públicas, ou do telefone, quem use telefone não irá precisar de se deslocar para falar com as pessoas. Ambas as tecnologias encerravam em si a possibilidade do isolamento e ambas se tornaram fomentadoras de comunicação e proximidade. A pornografia e o acesso à mesma são igualmente questões tão velhas quanto a difusão dos livros ou mesmo anteriores ao aparecimento destes. Sempre que uma nova tecnologia surge, surge também o seu aproveitamento pornográfico. Por vezes esse aproveitamento tem conseqüências imprevisíveis, basta pensar no papel que a disponibilidade de vídeos pornográficos para aluguer e venda, teve no sucesso do modelo de vídeo VHS sobre o Beta, nos anos 80 (Pavlik 1995). Também a preocupação sobre a segurança dos métodos de pagamento é uma constante na história da humanidade como se comprova pela dificuldade da passagem da moeda-metal para a moeda-papel e pela gestão da confiança nesse processo ou, actualmente, nas fraudes com cartões de débito e crédito no espaço fora da Internet (por exemplo, em restaurantes e lojas de roupa em todo o mundo) para perceber que a insegurança nos pagamentos nos acompanha a cada evolução tecnológica.

Assim, assistimos a que, durante os primeiros anos de acelerada expansão da Internet para o grande público, se tenha falado essencialmente das possibilidades positivas e menos da sua dimensão negativa. Quando se discutiu o seu potencial negativo foi relançando versões atualizadas de medos antigos e centrando a atenção em questões parcelares que não punham em causa, de uma forma generalizada, as apregoadas dimensões positivas. Mesmo aqueles que adoptaram posturas críticas face à Internet, essas posturas não foram na sua grande maioria posições de rejeição, foram antes posições que poderíamos designar como de uso cauteloso e moderado, tentando

regular acessos a determinados conteúdos e a frequência de uso, a par de uma prudência na utilização, realçando a necessidade de estender o policiamento e a aplicação da lei também a essa tecnologia de informação e comunicação.

O porquê do debate ter sido monopolizado pela visão positiva, isto é *integrada*, pode residir no facto de empresários, políticos e adoptantes iniciais da Internet – essencialmente profissionais qualificados – terem partilhado, num dado momento, uma agenda comum: disseminar a utilização da Internet pelo maior número possível de pessoas. Os seus interesses e visões convergiram num determinado momento histórico e permitiram que quase só existisse uma visão pública para o que era a Internet: uma tecnologia que iria mudar a nossa forma de trabalhar, de nos relacionarmos, de nos divertirmos. De forma algo redutora, poderíamos sintetizar o interesse do público, constituído pelos adoptantes iniciais, na ideia de que essa tecnologia poderia levar a uma sociedade melhor. O Estado, num retomar do velho lema “electricidade e sovietes” igual a desenvolvimento (Ortoleva 1997), partilhava a mesma visão assim como a ideia de que o disseminar dessa tecnologia traria vantagens comparativas para as economias dos seus países ou regiões e, por fim, para as empresas o interesse residia no facto de existir uma nova área de negócio e lucro rápido a par de verem em si mesmas o papel de agentes de liderança na transformação das sociedades contemporâneas.

Se até este ponto se tentou encontrar um paralelismo, que de facto existiu, entre o discurso dos *mass media* e o discurso académico, já na *Segunda Era* dos estudos sobre Internet (Wellmann 2004) começa a existir uma clara dissociação. Esse segundo momento é caracterizado por uma percepção partilhada por decisores políticos, económicos e pela academia de que seria fundamental uma análise sistematizada da Internet, o que na acepção de Wellmann pode ser designado pela “passagem do mundo dos *Wizards* da Internet para o mundo das pessoas normais utilizando a Internet de uma forma rotineira” (2004 p. 125, minha tradução). Esse foi, e é ainda, um período caracterizado por estudos em larga escala, originalmente feitos por empresas de consultadoria e estudos de mercado, como a Marktest em Portugal, mas cada vez mais realizadas na esfera académica, como, por exemplo, o estudo Ciberfaces (Paquete de Oliveira *et al.* 2000) e até certo ponto por parte dos governos (em parceria ora com universidades ora com empresas como no caso da agência governamental portuguesa UMIC). Trata-se de estudos que pretendem conhecer a demografia da utilização da Internet e compreender o que as pessoas têm feito com a Internet nas suas práticas diárias. A *Terceira Era*, que poderemos estar a iniciar,

tem de assentar numa análise mais focalizada através de projectos enquadrados teoricamente, isto é, capazes de distinguir o acessório do fundamental na explicação dos fenómenos em análise. Exemplos dessa abordagem são projectos como o do NetLab de Barry Wellmann sobre o tipo de relacionamentos que a Internet promove (ou não) e como investidores operam à escala intercontinental, tanto *Online*, como *Offline*.¹

A análise que aqui é proposta enquadra-se nesse terceiro momento da análise e investigação científica da Internet, tal como o define Wellman, procurando focar a nossa atenção no essencial do papel das tecnologias de informação e comunicação na mudança social e no aprofundamento dos processos de apropriação e combinação do uso de diferentes *media* na construção de autonomia pelos sujeitos sociais.

Uma pergunta, que pode ajudar a situarmo-nos no modelo de abordagem aqui escolhido, é porquê falar de "Eras dos Estudos de Internet" quando o título deste capítulo é "Para além da *Sociedade de Informação*"? A resposta dada, porventura, por muitos quase intuitivamente seria a de que *Internet*, *Sociedade de Informação* e *Sociedade em Rede* eram uma e a mesma coisa.

Embora essa resposta encerre uma verdade relativa (a de que a Internet, devido ao seu grau de aceitação social, se tornou na tecnologia de informação e comunicação central na nossa sociedade) comporta também dois erros conceptuais.²

O primeiro, inúmeras vezes apontado por cientistas sociais (Ortoleva 1997, Wolton 1999, Castells 2004, Colombo 2003, Winston 1999, Webster 1995, etc.), é o de que *a sociedade não é tecnologia* mas sim a forma como nos apropriamos dessa tecnologia sendo essa apropriação fruto de inúmeras possibilidades. A geração da tecnologia ocorre num ambiente social e é influenciada por ele.³

¹ Mas também estudos como o dirigido por Manuel Castells no IN3 (Interdisciplinary Institute) sobre a Sociedade em Rede na Catalunha, projecto que foi adaptado e aprofundado na dimensão do uso dos *media* tradicionais e aplicado em Portugal pelo CIES/ISCTE (Cardoso, Costa et al., 2004).

² Como sugere Jan Servaes, a Internet devido à sua rápida difusão e aceitação surge como o possível interface entre todas as formas de *media* e a comunicação interpessoal (2002: p. 442).

³ Uma das perspectivas correntes de explicação do papel das tecnologias na nossa sociedade é a que podemos denominar de *determinismo tecnológico*, isto é, a noção de que o desenvolvimento tecnológico é autónomo da sociedade, molda a sociedade mas não é reciprocamente influenciado. Existe fora da sociedade, mas ao mesmo tempo influencia a mudança social. Em situações mais extremas de determinismo tecnológico, a tecnologia é vista como determinante na construção da sociedade. A sua importância não reside, no entanto, na elaboração teórica mas sim na sua corrente utilização enquanto tentativa de explicação da relação entre tecnologia e sociedade.

O segundo erro parte de se atribuírem conotações similares a duas designações diferentes, pelo facto de o seu atributo comum ser o papel concedido às tecnologias de informação nas análises.

Sociedade de Informação e *Sociedade em Rede* são designações para realidades diferentes e mesmo a sua origem é diferente. A primeira é produto de uma formulação trabalhada num contexto institucional e político com objectivos claros de mobilização estratégica das sociedades e cidadãos, procurando valorizar uma dimensão comum⁴ a diversas esferas da actividade social. Já a segunda tem por objectivo distinguir um modelo de organização social a partir da investigação e análise das nossas sociedades nas suas dimensões económicas, políticas e culturais.

Ao escolher para título deste capítulo "Para além da Sociedade de Informação" não estou também a sugerir que haja uma evolução de um estágio primário, de *Sociedade de Informação*, para um estágio final, de *Sociedade em Rede*. Procuo sim diferenciar aquilo em que cada uma nos poderá ajudar a descortinar as forças em actuação na nossa sociedade que nos possam ajudar a contextualizar o papel da *mediação* e das tecnologias que a possibilitam.

Este capítulo constitui uma primeira abordagem ao papel dos *media* na sociedade em rede. Para isso, é necessário, em primeiro lugar, estabelecer um ponto de ligação entre os diferentes modelos de apropriação do discurso sobre as tecnologias de informação e a mudança social. Na análise sobre o modo como entendemos a função e papel social das tecnologias de comunicação e informação, temos de ter em conta que elas têm sido apropriadas de forma diferente nos discursos de *jornalistas*, *políticos* e *académicos*. Embora a designação *Sociedade de Informação* se tenha estabelecido como legitimado do papel das tecnologias de informação nas nossas sociedades contemporâneas ela

A tecnologia não é fruto de um trajecto pré-determinado de desenvolvimento. A tecnologia é pelo contrário moldada socialmente, não se tratando de um elemento autónomo imune aos processos sociais. As tecnologias são sociais nas suas origens e efeitos.

No entanto, não podemos apenas centrar-nos na origem e na produção de uma dada tecnologia, pois também existem forças sociais em acção na forma como as tecnologias são apropriadas pelos seus utilizadores. Os indivíduos não são meros agentes passivos neste processo, eles são pelo contrário *activos, criativos e expressivos*. Os utilizadores podem rejeitar uma tecnologia, redefinir o seu objectivo funcional, como no caso da Internet, ou até conferir-lhe uma simbologia própria. A apropriação de uma tecnologia é pois parte integrante da sua adaptação social. Como sugere Winston (1998), "(...) não existe nada na história das tecnologias de comunicação electrónicas e electrónicas que indique que as mudanças mais significativas não tenham sido acomodadas por formações sociais pré-existentes." (1998:2)

⁴ Daniel Bell define "informação" como sendo: "(...) o processamento de dados no seu sentido mais lato; o arquivo; a recolha e processamento de dados tornaram-se no recurso essencial para todas as trocas económicas e sociais (Bell 1982, 504 citado em Karvonen 2001, minha tradução).

é ao mesmo tempo inspiradora de diferentes entendimentos sobre o que representa essa designação.

Há assim necessidade de nos interrogarmos sobre o que de diferente consideramos existir na sociedade, em que hoje vivemos, entidades e pessoas tão diversas como a Comissão Europeia, os Governos dos estados membros da UE ou os gurus tecnológicos e da gestão empresarial, não esquecendo também, nessa análise, os contributos para a *construção cultural do conceito de "sociedade da informação"* oriundas da cultura da Internet (uma cultura construída através das práticas quotidianas de utilização da tecnologia) e também pelo discurso académico sobre a sociedade de informação e pelo discurso da produção cultural, nomeadamente, a corrente cultural Cyberpunk e as suas manifestações e influências ao nível da escrita, do cinema e dos jogos multimédia (Kellner 1998; Kleisteuber 2002).

No entanto, numa sociedade onde a reflexividade impera (Giddens 1998), essa análise só ficará completa se a nossa atenção também incidir sobre como todos esses discursos são por sua vez mediados e apresentados pelos *mass media*, jornais, televisão e rádio.

anda de Web moderna pelo media

Olhares sobre a Internet e a Sociedade

Erkki Karvonen refere no prefácio ao livro "Informational Societies" (2001) que "A Sociedade de Informação" é uma frase vezes sem conta utilizada em milhares de relatórios de estratégia com origem administrativa ou política, semiprofecias, em artigos de imprensa, etc. Mas, o que queremos realmente dizer quando dizemos "Sociedade de Informação"? Essa é a interrogação de Antti Kasvio (2001, p. 19) que propõe um outro conjunto de interrogações complementares como, por exemplo: será uma sociedade com computadores e milhões de pessoas a utilizarem a Internet? Ou será que possuímos já uma análise teórica mais coerente para perceber onde nos encontramos e para onde nos dirigimos socialmente? As questões de Kasvio são por ele próprio respondidas no sentido de a resposta ser complexa e não se reduzir à mera utilização das tecnologias. Poderíamos acrescentar que, para além do recurso ao acervo de produção e análise sobre a nossa sociedade e a sua relação com as tecnologias de informação, é também fundamental analisar a origem e apropriação discursiva da expressão "Sociedade de Informação". Aí reside provavelmente a resposta ao porquê da sua generalização enquanto ideia de *característica fundamentalmente nova* das sociedades contemporâneas em quase todos os círculos de formação de opinião,

da política aos *media* e destes à população em geral (chegando por vezes a tocar até alguns círculos académicos).

Armand Mattelart (2002) afirma que a construção da ideia de Sociedade de Informação é essencialmente produto da apropriação por parte de um órgão político, a União Europeia, de um conceito e como fruto dessa validação se vulgarizou o seu uso nos *mass media* e posteriormente na opinião pública. Para Mattelart a expressão "Sociedade de Informação" fica associada à U.E. através de uma reunião realizada em Fevereiro de 1995 em Bruxelas na qual, pela primeira vez, se discutiu sobre a "sociedade de informação planetária" e para a qual se convidaram os países pertencentes ao grupo G7, as delegações governamentais da União Europeia e os responsáveis das grandes empresas aeroespaciais e electrónicas da Europa, Japão e Norte-americanas. Nessa mesma reunião esteve presente o criador da noção de auto-estradas da informação, o então Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore.

Curiosamente, o conceito de Sociedade de Informação não tem origem na União Europeia, como lembra Manuel Castells (2003). Foi o Ministério de Comércio Internacional e Indústria (MITI) japonês que em 1969 lançou a ideia de *Johoka Sakai*, ou se preferirmos *Sociedade de Informação*, o qual foi importado para o ocidente em 1978 por Alain Minc e Pierre Nora.⁵

Aquilo a que iremos assistir ao longo da primeira metade da década de noventa é à aculturação na Europa de um conceito oriundo de outra matriz cultural, neste caso a japonesa, ao mesmo tempo que lhe vai sendo atribuído um conteúdo concreto.

O contexto da passagem da década de oitenta para os anos noventa é o da queda do muro de Berlim e o da procura de um novo modelo de desenvolvimento na Europa, como é ilustrado pelo chamado *Relatório Delors* sobre "Crescimento, Competitividade e Emprego" de Dezembro de 1993. É aí que surge pela primeira vez a denominação *Redes Trans-europeias* como um objectivo político para a aplicação das tecnologias de informação. Algo que pode ser visto como uma resposta Europeia às *Auto-Estradas da Informação* da administração Clinton, mas que também encerra em si uma tendência visível durante os primeiros anos da década (nomeadamente entre 1993-95) de *assumpção*, por parte de líderes políticos, da bandeira das tecnologias de informação como

⁵ O Presidente Giscard D'Estaing durante o seu mandato solicitou um relatório a dois especialistas, Simon Nora e Alain Minc, que o publicaram em 1981 com o título "A Sociedade Telemática".

uma tábua de salvação para fazer face aos problemas do desemprego (Kasvio 2001: p. 35).

O *Relatório Delors* fornece um primeiro enquadramento para entender a definição de Sociedade de Informação na Europa, que pode ser sumariado por três ideias. Primeiro, a revolução tecnológica é um processo inevitável, não se tratando de um sonho tecnológico a ocorrer durante o próximo século. Esse processo teve o seu início nos EUA e virá a ganhar terreno na Europa. Em segundo lugar, terá efeitos abrangentes e de longa duração comparáveis aos da revolução industrial. Possui, pois, o potencial para responder às novas necessidades das sociedades europeias. Finalmente, quando comparada com os seus mais directos competidores, a Europa possui algumas vantagens comparativas: o *Relatório Delors* sublinha os benefícios económicos, mas não se debruça sobre as questões sociais que a transformação acarreta.

No entanto, será preciso esperar ainda mais alguns anos para ver frutificar as ideias presentes no *Relatório Delors* até se consubstanciarem na adopção da *Sociedade de Informação* enquanto objectivo político da U.E.

No início dos anos noventa as políticas europeias na área das tecnologias de informação estavam claramente atrasadas face aos seus competidores mundiais. Na análise proposta por Servaes (2002) sobre a Sociedade de Informação Europeia é referido, com razão, que a proposta Europeia de construção de uma Sociedade de Informação surgiu como uma reacção às iniciativas japonesas e norte-americanas já em curso há alguns anos. Em termos das orientações políticas, Servaes (2002) refere igualmente que as políticas da U.E., durante os anos noventa, podem ser representadas por duas vagas distintas, a primeira ocorrida durante a primeira metade da década com ênfase na liberalização das telecomunicações e desenvolvimento das tecnologias de informação (exemplificado pelo Relatório Bangemann e plano de acção de 1994) e outra, na segunda metade, com enfoque nos aspectos sociais do desenvolvimento da Sociedade de Informação.

Embora a proposta de Servaes nos permita situar, em função de duas grandes correntes de actuação, a orientada em função do mercado e a mais focada em questões sociais, julgo que não captura totalmente a essência das decisões políticas em torno da Sociedade de Informação na Europa, pelo que é fundamental aprofundar algo mais a análise. Esse aprofundamento passa pela ideia de que no período compreendido entre 1994 e 2004 é possível individualizar três momentos diferenciados.

Se quisermos datar um primeiro momento, ele ocorre de 1994 a 1996, é acompanhado pelo surgimento dos primeiros documentos da

União Europeia sobre a sociedade de informação, traduzindo-se pela afirmação da necessidade de desregular o mercado da *mediação* da comunicação inter pessoal, as telecomunicações, e de separação, da regulação e políticas para os *mass media*, dos restantes *media*.

Um segundo momento, que decorre entre 1997 e 2000, foi marcado pelas experiências legislativas de manutenção do exercício de poder sobre os *media* – como no caso do Decency Act promovido pela Administração Clinton – pelo surgimento dos Livros Verdes Europeus e Nacionais sobre a Sociedade de Informação e pelo levantamento de um conjunto de esferas onde o impacto dos novos *media* se poderia fazer sentir.⁶

Resultado do percurso da apropriação social das tecnologias, fez-se sentir a necessidade de definir políticas públicas que permitissem o desenvolvimento do comércio electrónico, que definissem um padrão tecnológico – a utilização do TCP/IP – e mantivessem aumento sustentado do acesso aos novos *media*.

É também nessa fase que surgem as primeiras políticas, combinando a defesa da língua e a necessidade de possuir conteúdos *Online* que levem novos utilizadores, dos novos *media*, a encontrar razões para a sua utilização.

Por fim, chegamos à fase actual (correspondendo *grossu modo* ao pós 11 de Setembro de 2001) em que, mantendo as anteriores políticas públicas, se procura também dotar o Estado de instrumentos de regulação, que se adaptem às características do *Novo Sistema dos Media*, e da dimensão de protecção sugerida pelas agências de segurança.

Embora não possamos falar de um conceito único de Sociedade de Informação, pois ao nível nacional as especificidades culturais e sociais de cada um dos países membros e o contexto e orientações políticas dos respectivos governos condicionaram (e condicionam) o seu desenvolvimento e implementação. A realidade é que, quase sem excepção, os pontos incluídos no plano de acção *Europe's way to the information society* foram, de uma forma ou de outra, tomados como ponto de partida para as reflexões que levaram à apresentação de "*livros verdes*", "*iniciativas nacionais de informação*" ou "*planos de acção*" para o aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de desenvolvimento das sociedades europeias.

As diversas iniciativas nacionais assumiram no espaço europeu uma mesma lógica de procedimentos. A adopção comum de uma visão, que se espelha num conceito, no caso europeu *Sociedade da*

⁶ Para um aprofundamento desta temática ver EFF (2004).

Informação e nos EUA *Auto-estradas da Informação*. Essa adopção permite ao público uma fácil identificação do objectivo proposto e, numa segunda dimensão, lida com a definição das políticas de enquadramento necessárias à prossecução do objectivo (em que podemos situar o plano de acção *Europe's way to the information society* e as iniciativas *e-europe*). Por último, surgem as estratégias de implementação, ou seja, os programas específicos de actuação no quadro das políticas propostas.

Ora é em torno das estratégias de implementação que podemos detectar, no quadro nacional dos países membros da União Europeia, perspectivas diferentes quanto ao entendimento do conceito de Sociedade de Informação que se pretende construir.

São exemplos deste retrato e da sua diversidade o caso dinamarquês e o finlandês naquilo que podemos classificar de *Information Welfare Society* (Riis 2000), a política implementada em França pelo então Primeiro-ministro Lionel Jospin na construção da sociedade de informação (Vedel 1996), o caso da Grã-Bretanha com a sua definição de política pública e de construção das *auto-estradas da informação* (Graham 1996), a aposta integrada no multimédia, da Alemanha, que pode ser considerada como a terceira tentativa alemã de construção de uma sociedade de informação (Kubicek 1996).

O caso particular português (Cardoso 2003) segue a análise de Giddens (2000) quanto ao papel central do Estado nesses processos de desenvolvimento e aposta numa matriz de sociedade de informação no contexto da actuação do Estado-Providência, isto é, o que Annemarie Riis (1996) designou de *Welfare Information Society* e Manuel Castells denomina de "Modelo Finlandês" de *Sociedade Informacional Aberta e de Providência* (2002) e que se concretiza no apoio à inovação tecnológica tendo presente a necessidade de investir na conservação de certos modelos tendentes à promoção de igualdade de oportunidades (educação, emprego, saúde) entre os cidadãos, assente num modelo democrático.

Se, como vimos, o discurso e práticas legislativas a nível nacional sobre a Sociedade de Informação não são únicos, apresentando adaptações a nível nacional, também o discurso público de jornalistas, detentores de cargos de nomeação política e homens de negócios sobre a Sociedade de informação e a Internet (a tecnologia que constitui o paradigma da difusão social da Sociedade de Informação) não pode ser caracterizado de uma forma monolítica, imutável. Trata-se de um discurso em evolução, mas é também um discurso diversificado em função de grupos de pertença e dimensões de práticas. Por exemplo, o facto de se ser o dono de uma *StartUp* tecnológica ou ser-se responsável de uma empresa já consolidada no mercado, que só agora entra na área

de negócio da Internet, marca o discurso sobre as suas representações face à sociedade e ao papel da tecnologia, podendo o mesmo ser dito quando analisamos outros actores sociais.

Kari Hintikka (citado em Aro, 2001) divide em quatro campos ou *clusters* a tematização do debate público sobre a Sociedade de Informação (SI) e a Internet. Em primeiro lugar surgem os problemas relacionados com as próprias fundações da SI (os quais incluem conceitos de informação e conhecimento, interacção, utilidade das redes); em segundo lugar situam-se as questões sobre a economia em rede e a mudança na esfera do trabalho; uma terceira dimensão de foco é a que respeita à evolução da democracia, vida das populações no seu dia a dia e aprendizagem; e em quarto lugar, os novos mercados do conhecimento e da informação. Embora concordando em termos gerais com a divisão proposta por Hintikka, a qual oferece uma matriz de enquadramento para a análise aqui proposta, sugere-se que teremos de traçar uma malha mais fina se quisermos compreender as múltiplas diferenças que constituem a realidade que está na base da formação da sociedade que hoje construímos. Isso porque, ao contrário do que por vezes poderemos pensar, há diferenças de fundo no discurso dos protagonistas sociais.

Embora apropriando conceitos como Sociedade de Informação e tecnologias como a Internet, a sua utilização é feita em contextos e visões da sociedade, economia, cultura e política diferenciadas entre si, dando razão à ideia de que, embora partilhemos conceitos, atribuímos-lhes diferentes significados.

Os produtores de discurso que vamos analisar de seguida são ao mesmo tempo utilizadores das tecnologias e indutores de comportamentos e percepções constituindo um painel representativo de opiniões sobre a sociedade e a Internet. A sua significância reside na sua pertença a um grupo que Stuart Hall chamou *definidores primários de significado*⁷, isto é, aqueles que por via da sua facilidade de acesso aos media tradicionais incorporam e reflectem os valores que formam a base cultural mobilizável para o processo de tornar um acontecimento inteligível para a opinião pública (Traquina 1993).

⁷ Na sua análise de como os media asseguram uma hegemonia da "ideologia dominante" Hall aponta como crucial a relação estrutural entre media e definidores primários. As pressões práticas, traduzidas pelo trabalho a contra-relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objectividade, combinam-se para produzir um exagerado acesso sistemático aos media por parte dos que detêm posições institucionais privilegiadas. (citado em Traquina 2002 pp: 103)

Em função da sua pertença institucional e das suas áreas de actividade em Portugal os entrevistados podem ser agrupados em cinco grupos: *Media; Estado e Regulação; Empresas Tecnológicas; Banca e Comércio; Educação*.

Quadro 1.2 Áreas profissionais e curriculum de entrevistados sobre Sociedade e Internet

<i>Banca e Comércio</i>	<i>Media</i>	<i>Estado e Regulação</i>	<i>Empresas Tecnológicas</i>	<i>Educação</i>
Pina Miranda (i.e. Miranda) Gestor da rede SIBS, entidade que gere a rede de comunicações dos bancos e a rede de ATM Multibanco	José Alberto Carvalho (i.e. Carvalho) Jornalista, pivot do «Jornal da Noite» do canal generalista de Tv SIC do grupo de <i>media</i> Imprensa	Mendes dos Santos (i.e. Santos), Membro do Conselho da Direcção do Instituto de Informática do Ministério das Finanças	Mário Valente (i.e. Valente) Fundação da Fronteira Electrónica ⁹ ; sócio-fundador do ISP Esotérica	João Correia de Freitas (i.e. Freitas) Coordenador da UARTE, unidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia/ICT para o apoio à utilização da Internet nas escolas dos primeiros ciclos e secundário
João Rafael Nunes (i.e. Nunes) Departamento de Comunicação da empresa de cartões de crédito Unice	Torres Pereira (i.e. Pereira) responsável pela área de negócio Internet do jornal semanário Expresso no grupo de <i>media</i> Imprensa;	Raul Junqueiro (i.e. Junqueiro) Presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Comunicações de Portugal, a entidade de regulação no sector das telecomunicações	João Luís Sousa (i.e. Sousa) Administrador do SAPO, o primeiro portal português.	Carlos Campos (i.e. Campos) Morais (i.e. Morais) Universidade Atlântica; ex-membro do Conselho Superior da RCCN, a rede do sistema de ensino superior português
				Rui Marques (i.e. Marques) Director geral do Grupo Fórum, empresa editora e prestadora de serviços e presidente da Associação para a Promoção do Multimédia em Portugal.
				Armando Rocha (i.e. Rocha) Trindade (i.e. Trindade) Professor da Universidade Aberta que se dedica ao ensino à distância e participou no grupo de peritos da UE sobre a Sociedade de Informação.

Fonte: PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel, BARREIROS, José (coords.) (2000) *Ciberfóces - A Sociedade de Informação em Análise: Internet, Interfaces do Social, Programa Práxis XXI, Fundação para a Ciência e Tecnologia / Ministério da Ciência e da Tecnologia, ISCTE. Disponível Online HTTP: <http://ciberfoces.iscte.pt>*

O interesse da análise proposta reside essencialmente no facto de não se procurar estabelecer uma divisão entre Apocalípticos e Integrados (Eco, 1965) ou identificar novas temáticas de discurso (Hintikka

⁹ Organização não-governamental e sem fins lucrativos destinada a proteger a privacidade, a liberdade de expressão e a democracia no ciberespaço.

citado em Aro, 2001) mas sim partir de um conjunto de indivíduos que poderíamos considerar como *integrados* (Eco, 1965) e que, ao discutir um mesmo tipo de temáticas, dão visibilidade também às diferenças de interpretação do papel das tecnologias de informação na mudança social.⁹

Com esse objectivo presente podemos iniciar uma análise aprofundada dos discursos identificando algumas linhas de raciocínio prévias: *as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade de Informação e Internet; o panorama geral sobre as tecnologias de informação; as políticas para a difusão do uso da Internet; as utilizações da Internet; o comércio electrónico e os conteúdos na Internet*.

Aquilo que nos é dado perceber é, por um lado, a existência de diferentes preocupações em função da actividade profissional de cada um dos intervenientes, mas também a existência de diferentes posições sobre uma mesma temática entre indivíduos do mesmo grupo profissional face a algumas questões mais polémicas.

Utilizando o exemplo do discurso produzido pelos dois representantes dos *media* podemos verificar que ambos os entrevistados possuem visões diferentes sobre muitos pontos, apesar de pertencerem, à época, ao mesmo grupo empresarial (IMPRESA). Algo que não pode ser atribuído apenas à pertença profissional (isto é, à imprensa escrita ou à televisão) nem tão-pouco só à dimensão geracional, com um jornalista de televisão com trinta e poucos anos face a um editor de imprensa mais velho.

A questão porventura terá mais a ver com a possibilidade da tecnologia ser ou não integrada em várias dimensões na própria vida do sujeito, quer no dia-a-dia de trabalho quer nos seus tempos de lazer, e também com os objectivos profissionais de cada interveniente. Por um lado, temos um jornalista que tenta integrar uma tecnologia no seu trabalho de mediador de informação e, por outro, um editor com o objectivo de perspectivar a rentabilidade do investimento para um grupo de *media*. Duas visões diferenciadas mas que desde já nos ajudam a perceber que ao analisar o discurso, face à sociedade e Internet, não podemos afirmar que “quem trabalha no sector dos *media* possui esta visão” e quem “não faz parte” tem esta outra.

⁹ (...) apesar das *nuanças* e divergências entre eles, inserem-se num tipo de pensamento que é genericamente optimista relativamente ao desenvolvimento e ao aproveitamento das potencialidades oferecidas pela Internet. Este clima geral de optimismo surge mais moderado, ou tende a desaparecer, quando se abordam questões como a viabilidade económica da Internet, a eficácia dos mecanismos de segurança, os custos da utilização, a protecção dos direitos dos utilizadores, a presença da língua e culturas portuguesas e o desenvolvimento da info-exclusão” (Paquete de Oliveira et al., 2000)

A hipótese que se pode aventar é que não são os papéis sociais que determinam o discurso mas sim o tipo de prática (ou a não prática) e por consequência o recurso apenas à análise teórica que se faz da tecnologia e o tipo de objectivos que cada um lhe associa: informar, ensinar, obter lucro, incrementar a democracia, desenvolver o comércio electrónico, desenvolver o projecto político de SI, etc.

Tomando essa hipótese como ponto de partida iremos identificar posições face a temáticas específicas com o intuito de obter através desta análise uma especificação das diversidades de posições dos líderes de opinião, no contexto das relações que se estabelecem entre usos tecnológicos e sociedade.¹⁰

Tendo presente a sua experiência pessoal, como vê o papel da Internet na sociedade? Esta poderia ser a pergunta de início para uma conversa com um qualquer utilizador da Internet. Mas ao fazê-la a um painel de líderes de opinião em diversos sectores da vida portuguesa, dos *media* à educação, procura-se identificar a forma como cada um olha para o que de mais significativo julga encontrar na mudança social no mundo em que habita. Obviamente haverá diferenças nos discursos. A interrogação é sobre que diferenças e porque é que elas existem.

Questionado sobre quais as especificidades da Internet Raul Junqueiro, Presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Comunicações de Portugal (a entidade de regulação no sector das telecomunicações em Portugal) respondia em 1998 que a Internet é acima de tudo um exemplo de *convergência tecnológica*, "(...) um *media*, um híbrido (...)".

A resposta anterior é apenas uma entre muitas possibilidades, como demonstra João Luís Sousa, o pioneiro de um projecto não comercial, iniciativa de um conjunto de seis alunos do Centro de Informática da Universidade de Aveiro que, em Setembro de 1997, resolveram criar um directório de *links* portugueses e disponibilizá-lo

a todos os utilizadores da Universidade, evoluindo para se tornar o primeiro serviço de apontadores portugueses. O sucesso do projecto deu-lhe uma dimensão incontestável pelo que se tornou necessário a criação de uma empresa para gerir as receitas da publicidade tendo mais tarde sido adquirida pela Portugal Telecom (a empresa líder do mercado português de telecomunicações) tornando-se, mais tarde, o portal mais conhecido e visitado em Portugal.

Para esse jovem engenheiro, presidente da *StartUp* tecnológica SAPO, a característica mais significativa da internet residia na segmentação dos públicos e na vantagem económica associada. Exemplificando que, quando surge "(...) uma empresa de automóveis (...) que quer fazer publicidade no SAPO, nós (...) aconselhamos a fazer publicidade em que o *banner* aparece quando alguém pesquisa por carro ou automóvel, essa é uma grande vantagem da publicidade na Internet."

No entanto, se a dimensão económica e tecnológica pode ser adoptada por muitos como um elemento fundamental de caracterização da Internet, há também lugar no mundo dos negócios das *StartUp* tecnológicas para, visões diferentes.

É esse o caso de Mário Valente, também ele engenheiro, pioneiro da Internet portuguesa e sócio fundador do primeiro ISP privado, a Esotérica, e da primeira associação de defesa das liberdades na Internet em Portugal, Fundação da Fronteira Electrónica.

Mário Valente foi um pioneiro da utilização da Internet em Portugal, primeiro, a partir de 1986 ou 87, com o seu próprio modem, depois na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e em seguida num estágio no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde montou o primeiro servidor de *Web* em Portugal (1993). Para ele, o *elemento fundamental da internet é a abertura de um novo espaço onde a democracia pode pela primeira vez funcionar verdadeiramente*. Encarnando assim um tipo de discurso que Loader (2000) designa por "ciberlibertário" e que Gonçalves (2000) refere mais genericamente, como "os que acreditam que a sociedade da informação é de molde a criar as condições que faltavam na era industrial para a plena realização das liberdades individuais".

Desmistificando a ideia de uma visão única no sector económico sobre a Internet, Rui Marques por sua vez vê a ênfase na *mudança de paradigma comunicacional, o hipertexto e multimédia, em conjunto com as novas lógicas de espaço e de relação com a distância*. Num registo similar José Alberto Carvalho, jornalista de televisão privada SIC e posteriormente promotor de projectos de presença da televisão na Internet (quer na SIC quer mais tarde na empresa pública de televisão RTP)

¹⁰ Nesta parte da análise sobre a SI irei fazer recurso ao trabalho realizado em colaboração com Filipa Menezes no quadro do Projecto Ciberfaces (Paquete de Oliveira et al., 2000) que no momento de difusão pública do seu uso - 1998 a 2000 - tentou criar um mapa da utilização da Internet em Portugal. Irei assim recorrer a um conjunto de 12 entrevistas realizadas em 1998 no âmbito do Projecto Ciberfaces. O objectivo inicial dessa consulta foi o de dialogar com especialistas em diversas áreas associadas ao desenvolvimento da Internet em Portugal e identificar aquelas que eram por eles consideradas como as tendências futuras e as oportunidades de crescimento deste meio de comunicação. Embora se possa argumentar que passados mais de 5 anos sobre as entrevistas as mesmas poderão estar desactualizadas face à evolução decorrente, a hipótese aqui levantada não difere da já apontada para a análise histórica da *sociedade de informação* realizada neste mesmo capítulo. Ou seja, o período em causa é o período de difusão acelerada das tecnologias de informação e do interesse público sobre as mesmas, daí que se possa argumentar ser esse momento histórico possuidor de um carácter fundador quanto às diferentes formas de percepção a mudança social.

identificava quatro particularidades da Internet. Por um lado, a internet representa a vanguarda numa dimensão social pelo que é apropriada por quem quer pertencer a essa vanguarda. Por outro lado, é um espaço que combina a promoção do individual com a de um novo espaço público em que se pode optar pela identificação ou o anonimato. Enquanto mídia é um repositório e acervo sem igual de informação disponível, mas difere da experiência partilhada oferecida pela televisão na sala e em família. A Internet é para Carvalho, acima de tudo, uma experiência individual.

Se a proposta de Carvalho transmite a ideia de alguém que realiza uma reflexão aprofundada sobre as possibilidades da Internet para os profissionais dos mídia, mas também para a sociedade e os diferentes utilizadores da tecnologia, já Torres Pereira, responsável pela área de negócio Internet do Jornal semanário Expresso, opta por identificar a interactividade e a individualização da comunicação como os elementos fulcrais para a compreensão dessa nova tecnologia. Igual visão é perfilhada por Armando Rocha Trindade, Professor da Universidade Aberta, que considera central a possibilidade de conjugação da produção com a fruição. A internet vem permitir que quem a utiliza possa ser ao mesmo tempo fornecedor de informação, através da criação de uma página na World Wide Web, e consultar a informação disponibilizada por terceiros, pois "a Internet é o único caso de organização, onde não se distingue entre quem é o "provider" de informação e o consumidor da informação. Todas as pessoas podem ter simultaneamente os dois papéis".

Se na opinião dos líderes de opinião, as particularidades da Internet são essas (e muitas das atrás expostas podem ser encontradas nas análises académicas sobre a Internet) que futuro e potencialidades podemos esperar ver surgir ou ser desenvolvidas nas nossas sociedades? Embora a questão se possa assemelhar a um exercício de futurologia, na realidade estamos a sugerir um exercício de prospectiva (Mendonça et al. 2004), tentando perceber os sinais fracos detectados pelos entrevistados e que podem perspetivar mudança.

Ausente do discurso daqueles está o grau mais extremo baseado na primazia da tecnologia sobre todas as dimensões da sociedade, economia e cultura ou, se preferirmos, discurso tecnocultural. Autores como Webster e Robins (2001) denominam esse tipo de discurso como tecnocultural, porque tem origem, e milita, entre as elites tecnológicas e económicas e ao ser assimilado pelas elites políticas transforma-se em algo que denominaria de visão unidimensional da ideia de Sociedade de Informação. O discurso tecnocultural pode situar-se numa perspectiva da História das Tecnologias, vendo o mundo enquanto fruto da sucessão de tecnologias desligadas do contexto social onde as mesmas nascem

e actiam, onde se focam os seus potenciais mas não se faz referência às suas limitações. Normalmente esse tipo de discurso promove uma colonização, pela esfera económica, dos restantes domínios da vida social, colocando a ênfase no acesso e na criação de mercados, esquecendo todas as restantes áreas, do social ao cultural, pois as mudanças nestas últimas serão determinadas pelo mercado e pelas tecnologias.

Antes de aprofundarmos a nossa análise importa introduzir um pequeno parêntesis sobre o porquê da utilização das tecnologias de informação possuir ou propiciar uma apetência para o desenvolvimento de um discurso de cariz tecnocultural. Estudos como o projecto Ciberfaces (Paquete de Oliveira 2000) revelam que os utilizadores de Internet depositam uma confiança muito elevada na tecnologia como útil ao bem-estar pessoal e social. Esse é um resultado interessante cuja análise vale a pena aprofundar um pouco mais. Se há alguns anos, antes da difusão das tecnologias de informação e do surgimento da Internet, fizéssemos a mesma pergunta sobre "o que pensam as pessoas da tecnologia em geral" seria possível que recebéssemos respostas bastante diferentes. A energia nuclear ou as fábricas de celulose e cartos não encontram a mesma aprovação em termos de utilidade ao bem-estar pessoal e social, devido à percepção de que podem ser nocivos à saúde dos indivíduos e dos ecossistemas. No entanto, embora um computador gaste, a ser fabricado, muito mais energia que outros produtos, seja um bem de consumo de difícil reciclagem e represente um elemento de contaminação do meio ambiente (Hamelink 2001) a sua percepção é a de um elemento tecnológico não prejudicial ao bem-estar dos indivíduos.

Dominique Wolton (2000) oferece-nos um contributo interessante para o entendimento dessa visão positiva. Na sua perspectiva, sendo a protecção do ambiente uma das ideologias dominantes partilhadas entre as gerações nascidas no pós-revolução mundial de 1968 (Wallenstein 2002) e pós-guerra fria, constituindo essa faixa etária uma parcela importante do número de utilizadores da Internet, a ideia de uma tecnologia ambientalmente amigável contribui para que as denominadas novas tecnologias sejam entendidas como tendencialmente diferentes das anteriores. O computador é visto como uma tecnologia limpa. Embora a visão de Wolton seja um contributo de interesse para a visão positiva das tecnologias de informação, julgo que há outras justificações igualmente importantes para compreender o porquê do seu rótulo de utilidade para o bem-estar dos indivíduos. Essas justificações levam-nos a percorrer o mundo do discurso de ficção científica, os filmes ou livros publicados nos últimos 10 anos.

A ficção científica tem, ao longo dos séculos, uma convivência ambivalente com a inovação tecnológica. Por vezes enaltece a construção de mundos melhores, como no caso de Júlio Verne ou do Caminho das Estrelas (*Star Trek*), outras vezes a do descontrolo face à tecnologia, como no caso de Frankenstein de Mary Shelley ou no *Metropolis* de Fritz Lang ou ainda no *Blade Runner* de Philip K. Dick - mais tarde transposto para o cinema por Ridley Scott. Desta listagem inicial omiti de propósito os autores do chamado Cyberpunk.

O Cyberpunk foi um movimento cultural, primeiro de escrita e depois passado ao cinema, que teve, em William Gibson, o seu expoente e na saga cinematográfica, *Matrix*, o reconhecimento global. Gibson é o pai da expressão Ciberespaço que introduziu, em 1986, no seu romance *Neuromancer*. O Cyberpunk é, como muitos géneros anteriores de ficção científica, uma visão desapaixonada do futuro, em que a raça humana não consegue resolver as suas eternas contradições e onde a ligação entre empresas e crime organizado se substitui em muitos casos ao poder do Estado e da lei, onde a degradação ambiental e o crescimento urbano são uma constante. Em suma, a sua visão não é a de um mundo melhor, mas sim a evolução de algumas tendências presentes na nossa sociedade. No entanto, ao contrário dos géneros anteriores de ficção científica a inovação tecnológica dominante, neste caso os computadores e as redes, não são o elemento causador da corrupção da sociedade mas sim o único elemento libertador a que o cidadão encurralado pode recorrer para assegurar a sua sobrevivência e liberdade, através da subversão da ordem negativa instalada.

É precisamente esse imaginário cultural, da possibilidade de conceder ao indivíduo as ferramentas para se libertar das suas amarras individuais ao mesmo tempo que pode aspirar a contribuir activamente para a construção de um mundo melhor, que parece ser a justificação para conceder às tecnologias de informação, o epítáfio de tecnologias úteis e não perigosas para o indivíduo e seu bem-estar pessoal e social.

O discurso tecnocultural pode ser exemplificado através da visão de Bill Gates explicitada no seu livro "The Road Ahead" (1999), da identificação directa de *informação* com *negócio* e da inevitabilidade da mudança ditada pela tecnologia, mas poderíamos encontrar exemplos em outros tipos de discurso nomeadamente na esfera política (Servaes 2002).

O discurso tecnocultural caracteriza-se, segundo Robins, por procurar transcender as limitações do nosso espaço de todos os dias. Há assim lugar à ideia de um espaço alternativo onde quem aí interage acede a um *empowerment* acrescido. Ao mesmo tempo que procura

desenvolver uma nova agenda social, uma agenda para o ciberespaço, divergente dos temas centrais da vida social e política diária do espaço real.

Em vez de se considerar o espaço de comunicação oferecido pelas novas tecnologias como fruto de uma interacção muito estreita entre a sociabilidade *online* e a sociabilidade *offline*, cada uma com o seu próprio ritmo e as suas características específicas, mas formando um processo social indissolúvel (Castells 2004) numa perspectiva de emergência de novas formas de sociabilização, de modos de vida e de organização social (Cardoso 1998: 116), há, pelo contrário, no discurso tecnocultural uma noção de clara separação entre o real e o virtual.

Ainda segundo Robins, a construção do discurso em torno da noção de *ciberespaço*, ou de um espaço alternativo, tem presente a ideia de construção de espaços tecnológicos onde os indivíduos possam controlar a natureza numa lógica de espaços insulados, defensivos ou protectores face às ameaças percebidas, com origem no "mundo real", e a possibilidade de controlo e gestão da interface com o mundo (a auto-protectão) apaga a referência ao encontro, criando espaços selados. O Ciberespaço, por sua vez, funciona como um sistema tecnológico, em que basta aprender as regras e aceitá-las para obter sucesso na experimentação. A formulação das expectativas é assim feita em função do sistema, com o objectivo de obter *empowerment*. No discurso tecnocultural, os espaços políticos não são olhados como locais de gestão de antagonismo mas antes locais de consenso. A democracia evolue a partir do diálogo, da indeterminação. Ela não é construção de comunidades, mas é ela quem molda e delimita a comunidade. Tal como nas Cidades-Estado as diferenças eram negociadas. Outra das características desse discurso tecnocultural é a ideia de relação simbiótica entre homem e máquina: a ideia de que os seres humanos já não são aquilo que eram, e que a diferenciação social ocorre entre os que aumentam as suas capacidades através da tecnologia e aqueles que o não fazem.

Todas essas ideias que dão origem ao que se pode denominar "agenda tecnológica" transcendem, não raras vezes, esse domínio, atingindo também as agendas sociais e políticas, quer ao nível do individual quer ao nível do social. Robins (2001) sugere que ao nível individual essa agenda tecnológica se baseia na ideia de que a comunicação é um fim em si mesma, sendo vista como uma ferramenta para tornar o nosso mundo melhor. O fundamental é obter conectividade, ligar as pessoas entre si e não tanto as apropriações diferenciadas que as pessoas possam realizar individualmente. Ao nível social, esse discurso valoriza a criação de comunidades através do consenso. Um

exemplo dessa ideia de retorno às pequenas comunidades são as comunidades tecnológicas (Levy 2000) e a conversação global proposta pelo vice-presidente de Bill Clinton, Al Gore (Servaes 2002).

Há assim uma correlação intencional entre o progresso tecnológico e a comunicação harmoniosa, que se for visto à luz de novos valores partilhados – novos consensos – se constitui numa nova agenda social e política. Segundo Robins é uma agenda problemática, pois não identifica quem é marginalizado. Umberto Galimberti (1999) sugere que, nessa formulação de agenda social e política, a subjectividade humana é absorvida pela tecnologia, isto é, a tecnologia promove a expansão, organiza o comportamento humano, molda aquilo que nós somos e não o inverso. Este discurso promove a ideia de que o mundo da experimentação cede lugar ao mundo da mediação, pela perda da experiência dos locais a tecnologia altera a natureza da experiência. A experiência que era viajar, nas propostas da agenda tecnocultural, é estar em casa e aceder à dimensão virtual.

Embora a análise de Kevin Robins (2001) constitua um contributo interessante para a compreensão do discurso tecnocultural, há ainda algumas relações que valerá a pena explorar. Por exemplo, Robins não se refere àquilo que creio poder constituir uma contradição interna a esse mesmo discurso. Ao mesmo tempo que tenta afirmar as suas posições, a visão tecnocultural encontra-se a viver uma contradição interna. Isto porque os ícones promovidos pela cultura da Internet, através da acção e construção dos próprios utilizadores, em conjunto com a construção da linguagem em torno das experiências mediadas pela Internet (Castells 2004), promovem lógicas de não confinamento espacial e de promoção da experimentação. Um exemplo muito claro dessa realidade é a associação com o mar. A Internet remete para o seu utilizador essas analogias, a partir de programas como o Netscape Navigator (o Navegador) até à apropriação pela cultura anglo-saxónica da expressão *surf* para definir a experiência de exploração da World Wide Web. Desde o *navegar* das culturas mais mediterrânicas até ao Internet Explorer da Microsoft (o Explorador) há a referência ao Mar enquanto o espaço do desconhecido, de reserva da imaginação de espaço de exploração.

Creio que esta análise ajuda a fortalecer a argumentação através desenvolvida sobre o porquê da erosão do discurso tecnocultural num período ainda tão próximo da época de difusão alargada de uma tecnologia, neste caso a Internet. O discurso tecnocultural não é um discurso que se coadune com a prática directa de uma determinada tecnologia nem com a interacção directa com outros sujeitos sociais que façam uso dessa mesma tecnologia. A partir do momento em que

a utilização se difunde, a experimentação directa encarrega-se de des-
construir um discurso de primazia da tecnologia sobre o social,
económico, cultural e político.

Hoje sabemos, através da experiência empírica, quanto este discurso se encontra distante da realidade produzida pelos diferentes actores sociais: embora vivendo num mundo de mediação, não nos encontramos menos pessoalmente, continuamos a combinar o protesto nas ruas com o protesto através da Internet, as duas esferas combinam-se nas nossas práticas e representações (Castells *et al.* 2003, Cardoso *et al.* 2004).

Não existe assim uma oposição entre empowerment e encontro, pelo contrário o espaço onde hoje habitamos é uma combinação de espaço de lugares e de fluxos (Castells 2002). O ciberespaço não é um espaço de isolamento, é um espaço de confirmação, de diásporas e de provocação. Trata-se de um espaço de encontro entre aqueles que partilham algo, um *hobbie*, a mesma escola, a mesma posição política e, como tal, pode ser visto como um espaço de confirmação. É igualmente um espaço de diáspora no sentido em que aproxima e promove a par-tilha entre aqueles que já não partilham dia-a-dia um mesmo espaço, é onde podemos encontrar a diáspora de uma nação virtual (timorenses, curdos, sérvios, croatas, emigrantes portugueses na Europa e Américas, etc.). Mas o ciberespaço é também um espaço de provocação quando assume posições de protesto seja contra a invasão do Iraque, a auto-determinação de Timor-Leste, o espaço Zapatista de Chiapas face ao governo da Cidade do México, etc.

A Internet e a sociedade, ao contrário da agenda que o discurso tecnocultural nos apresenta, não são espaços de consenso, controlo e confirmação de uma diferenciação através da tecnologia. São pelo contrário espaços de confirmação da identidade, de experiência e de transformação. Como Castells sublinha, ao longo da história a simultaneidade dependeu da vizinhança, da proximidade territorial (Castells 2004c). A nova dimensão espacial ocorre quando é possível fazer coisas em tempo real, mas em localizações muito distantes: existe simultaneidade, mas a construção espacial associada é muito diferente. É baseada em telecomunicações, sistemas de computadores e os espaços onde a interacção ocorre. É o espaço de fluxos, não são apenas os circuitos electrónicos de telecomunicações, mas também a rede de espaços, conectados em torno de uma prática social comum, simultânea, através desses circuitos electrónicos e sistemas auxiliares (Castells 2003).

Os espaços de encontro na sociedade de informação continuam a ser espaços de carácter erótico e de protesto (Robins 2001). A rua, a cidade, enquanto espaço de encontro e provocação aos cidadãos,

espaços de diferentes nacionalidades continuam a caracterizar o dia-a-dia só que numa nova lógica, incluindo agora também novas dimensões de proximidade *mediada* através das tecnologias de informação. O que resulta da análise de Robins, sobre o discurso tecnológico, é a necessidade de compreender a sociedade em que vivemos e saber até que ponto existe uma influência, desse discurso, nas representações e práticas dos diferentes actores sociais. A resposta à pergunta pode ser encontrada na análise aos discursos aqui presentes. As respostas, embora sejam diversificadas sem identificar apenas um tipo de discurso, permitem, no entanto, identificar graus diferenciados de *fé* na capacidade da tecnologia isoladamente modificar a sociedade.

Aparentemente, o espaço social partilhado pelos diferentes líderes de opinião não parece ser o mais fértil para o germinar dessas abordagens tecnoculturais. Por um lado, podemos aventar que esse será um tipo de discurso que marca essencialmente os primeiros momentos de uma transformação tecnológica, podendo até por vezes anteceder o momento de difusão alargada da tecnologia (Eco 1965, Winston 1998, Ortoleva 2000). A partir do momento em que a apropriação de uma dada tecnologia se vai massificando, a própria prática e troca de experiências tende a afastar, do centro da explicação, a primazia da tecnologia para valorizar mais as particularidades sociais, económicas e culturais enquanto explicação para um determinado fenómeno. Por outro lado, podemos igualmente sugerir que é um discurso que em termos geográficos se difunde de um dado centro para as periferias ou seja, é um discurso com origem *normalmente nos centros tecnológicos que constituem parte dos nós de inovação inicial*. Autores como, por exemplo, Alvin Toffler (Webster 1998; Toffler 1984, 1991), Nicholas Negroponte (1999) ou Bill Gates (1999) são originários dos Estados Unidos, o país onde a difusão da Internet ocorre com maior intensidade nos primeiros anos da década de noventa. Quando o seu discurso, sobre a inovação tecnológica, chega a outros pontos mundiais já estamos num segundo momento de difusão da tecnologia.

A necessidade de informação é lentamente assimilada pelos líderes de opinião local os quais, numa primeira fase, encontram referência neles até que, fruto da experimentação pessoal, as respostas deixam de ser possíveis apenas através do recurso a análises de terceiros. A partir desse momento há lugar a uma análise mais aprofundada, com recurso à combinação entre experiência pessoal e explicação científica nos seus diferentes arquipélagos do saber (Caraça 2001).

Embora não seja possível designar o seu discurso como tecnológico, para os representantes do sector das telecomunicações e regulação há uma inevitabilidade de evolução tecnológica, mas, apesar

disso, não se estabelece ligação directa entre essa evolução e a evolução da sociedade. Já para os representantes dos sectores empresariais tecnológicos o discurso é diferente. Por exemplo, Sousa é mais directo, acredita numa maior convergência tecnológica do que a vivida à data da entrevista, mas não para os tempos mais próximos, pois há outras dimensões – que não a tecnológica – que determinam a apropriação social das tecnologias. E mesmo o investimento em infraestruturas tecnológicas está dependente de outras dimensões – que não apenas a investigação e desenvolvimento – como, por exemplo, a dimensão financeira.¹¹ Todavia para outros membros da comunidade empresarial como Marques, não é apenas a tecnologia que determinará a mudança, mas desempenha um papel central pois induz a rapidez da mudança. Assim crê que só se evoluirá para uma nova etapa quando houver um aumento de largura de banda generalizado, mas terão também de existir mudanças ao nível das mentalidades, maior aceitação do pagamento de informação na Internet e evolução dos modelos de negócio.¹²

Ainda de interesse para a análise do discurso é o papel atribuído pelo sector privado ao Estado, exemplificado igualmente por Marques. Aceita-se sem qualquer estigma a ideia de que, numa fase inicial, o investimento público em conteúdos e na diminuição dos entraves financeiros à massificação das tecnologias é fundamental para o sucesso da adopção generalizada das mesmas.

Num registo diferente, para Carvalho há uma mudança na atitude face à Internet. Dos desejos expressos à realidade em construção, muita coisa mudou desde o início da sua chegada ao alcance do grande público não universitário. As lógicas monetárias que dominam o mundo exterior à interacção realizada na Internet começavam, na opinião do jornalista, a mostrar que não basta anunciar a mudança, que é também necessária a sua prática. A Internet não se encontra isolada das lógicas de negócio que dominam a actividade económica a nível global.¹³

¹¹ «Daqui a uns tempos o seu telefone é através da Internet, vê televisão através da Internet, isso acredito, vai acontecer, mas até lá bem que podem esperar uns quinze, vinte anos porque não vai ser tão cedo. (...) quem queira ler o jornal já pode lê-lo na Internet, mas eu muitas das vezes prefiro lê-lo em papel.» (Santos 1998).

¹² «A Internet vai evoluir a uma velocidade altíssima. Daqui a dois ou três anos de certeza que se multiplicou por dez ou por quinze a capacidade de transferência de dados, quer dizer, que se vai poder ver tudo e mais alguma coisa de informação. Essa alteração é evidente e com a vulgarização com certeza que vai baixar o preço de acesso pelo aumento do número de consumidores e parece mais ou menos evidente que se passará a pagar conteúdos e não (...) tempos de acesso.» (Marques 1998).

¹³ «Há uma tendência que na Internet se está a cimentar. Ao contrário das ideias utópicas de há 5 anos atrás, ou seja, que este grande *medium* democrático ia permitir o livre acesso às

Opinião idêntica é partilhada por Trindade e Freitas, para os quais a evolução da Internet é no sentido de um espaço onde as mesmas lógicas, que determinam o consumo nas nossas sociedades, são aplicadas à interação no espaço da Internet. A sociedade de informação é uma sociedade de consumo ainda que, como sugere Freitas, haja lugar para uma Internet não comercial.¹⁴ *MA 2.0*

O discurso sobre as potencialidades da Internet é um discurso muito rico e variado que contempla também a melhoria do trabalho individual no dia-a-dia, e as novas áreas de negócio no B2B. Para Pina Miranda quem se habitua a utilizar esta tecnologia normalmente tira vantagem para o trabalho do dia-a-dia. Não querendo colocar a ênfase na difusão, ou não, do teletrabalho, Miranda apenas sugere que a forma de trabalhar é alterada e ao fazê-lo mudamos também a forma como negociamos. Mas para outros, como Morais, a Internet é essencialmente uma nova forma de potenciar as características que nos tornam humanos, a gestão da informação e a produção do conhecimento aliadas à criatividade.¹⁵

Como se observa, o discurso sobre as evoluções futuras não aponta para uma predominância do tecnológico sobre o social, cultural, económico e político. Há da parte dos intervenientes um discurso de interdependência entre os diferentes agentes sociais em campo. O discurso *tecnocultural*, embora possa estar até certo ponto presente nas visões de regulação e ciberlibertárias, está afastado das suas visões da mudança social. Isto é, para os intervenientes não é a tecnologia que por si só determina a mudança pois há múltiplos factores presentes.

Continuando a nossa análise sobre as representações nos discursos dos líderes de opinião, que questões constituem o seu acervo de preocupações face ao surgimento da Internet? São questões que tomam mais em conta aspectos de democraticidade, desenvolvimento económico ou as matérias mais controversas, como a solidão, a pornografia, etc. A amplitude de matérias vai desde a ideia de que não há nada de muito importante em causa que não possa ser resolvido com os instrumentos legais e práticas sociais disponíveis (ex.: a posição

fontes de informação de pessoas de todo o mundo, independentemente da sua localização geográfica, da sua situação política ou da sua condição económica, (...) - a informação de qualidade tem tendência a ser paga.» (Carvalho 1998).

¹⁴ «A Internet de graça vai acabar, ou por-outra, é capaz de ficar para quem tem "troca de mensagens" com pouco interesse para qualquer pessoa, mas o "grosso" dos negócios da Internet vão ser negócios pagos.» (AKT 1998).

¹⁵ «A Internet tem de ser usada como uma (...) janela aberta sobre a criatividade e a globalização, (...) [mas] é insuficiente se não tivermos o outro lado do espelho, que é o lado local, onde a nossa medida é uma medida mais talhada, mais qualificada.» (CCM 1998).

expressa pelo director do SAPO) até quem coloca a questão da privacidade e liberdade de expressão na agenda das preocupações máximas que a Internet introduz. Morais, por exemplo, leva a discussão um pouco mais longe estabelecendo a relação entre as garantias das liberdades *Online* e a própria concepção de democracia. A privacidade e o anonimato não são apenas condições prévias para a negociação comercial na Internet, mas são também garantias fundamentais do Estado de direito aos cidadãos. A Internet ao permitir uma interação não presencial oferece um conjunto de possibilidades que não existem tão facilmente num espaço não mediado. Como lembra Carvalho o facto de a Internet permitir experimentações tão radicais como assumir um sexo diferente ou fazer-se passar por cidadão indonésio num chat sobre Timor-Leste de apoio ao governo indonésio, são mais valias de um espaço comunicacional porque permitem conhecer melhor o *outro*. Mas essa possibilidade só ocorre porque existe anonimato, e por isso é fundamental assegurar essas liberdades. *Internet e o anonimato*

Ao analisar o discurso do painel sobre as preocupações que a Internet levanta surgem também alguns dados importantes, nomeadamente no que diz respeito ao papel normalmente atribuído ao Estado. Esses dados são confirmados por análises complementares como a que surge no estudo Ciberfaces sobre as representações dos utilizadores de Internet face à intervenção do Estado para assegurar os direitos sociais dos cidadãos. Na análise realizada durante o projecto Ciberfaces (Paquete de Oliveira, 2000) um dos resultados mais significativos é a aparente incongruência dos utilizadores da Internet face ao papel do Estado. Por um lado promovem o papel do Estado enquanto promotor e garante dos direitos sociais, por outro lado opõem-se ferozmente a qualquer papel regulador do Estado face ao funcionamento da Internet. Em mais de 70% dos casos, os utilizadores afirmam confiar na iniciativa privada e no mercado livre.

Tais afirmações não afastam a ideia de uma responsabilidade social das empresas, pois metade dos inquiridos afirma não pensar que o objectivo da actividade económica deva ser apenas garantir o máximo lucro. O papel conferido ao Estado não é também o de mero regulador, pois a segunda resposta com maior concordância revela que o Estado deve garantir e fazer respeitar o direito das minorias. No entanto, em aparente contradição, mais de metade rejeita ter confiança nas instituições políticas e nos políticos. Os utilizadores parecem não credibilizar o funcionamento das instituições políticas nem os agentes políticos que comparecem a escrutínio público.

Embora vários estudos apontem o descrédito a que são votados os partidos políticos e algumas das suas figuras públicas, a opinião

negativa expressa pelos utilizadores, sobre o Estado e a política, pode ter ainda outras razões com génese na própria cultura associada à Internet que, desde o início da sua popularização em 1995, e mesmo antes, foi imbuída de um *espírito de fronteira*.

A Internet nasceu nos Estados Unidos da América e foi sua marca cultural, desde o início, a ideia de que era um território para ser desbravado, tal como o Oeste dos pioneiros americanos do século XVIII e XIX. A Internet seria um espaço sem a lei dos governos, um espaço onde o interesse e liberdade individual e a sobrevivência do conjunto seriam mediados num processo de consenso (Cardoso 1998). Essa lógica afastou o Estado e os políticos da Internet enquanto foi possível gerir esse modelo, ou seja, enquanto não havia um número muito grande de utilizadores. Todos sabemos a evolução da história: as empresas e o comércio chegaram à Internet e com elas a necessidade de regular e legislar, o que constituiu o retorno do Estado à Internet - que já havia financiado o seu desenvolvimento. Só após a privatização da estrutura da Internet e o seu crescimento exponencial, foi possível ao Estado intervir de novo na evolução desse espaço. Dessa cultura de liberdade, individualismo e comunalismo ficaram ainda muitos traços que influenciam a perspectiva do que deve ser a presença de entidades colectivas, na Internet, e o seu peso. Talvez a análise das opiniões sobre a regulação da Internet, recolhidas no mesmo estudo atrás referido, possam esclarecer um pouco mais essa visão. Apenas 2% dos utilizadores manifestam posições radicais quanto à inexistência de qualquer tipo de regulação da Internet. Os adeptos da auto-regulação, apesar de constituírem a categoria mais referida, encontram-se em clara minoria quando comparados com os restantes que preferem uma entidade reguladora, a qual, no entender dos utilizadores, deveria excluir quer o governo quer as empresas do sector tecnológico e de acesso. Ambas as categorias são vistas como pouco credíveis para assegurar o equilíbrio necessário, entre o interesse privado e público, que os utilizadores conferem ao espaço Internet. Embora esta posição possa parecer algo surpreendente, ficará a dever-se ao facto de os utilizadores conferirem ao regulador a noção de entidade sem interesse directo no espaço em questão. Assim, a recusa do governo basear-se-á em questões do foro da privacidade e liberdade individual face ao Estado e a, ainda maior, contenção no que respeita às empresas privadas do sector poderá, porventura, estar relacionada quer com questões de privacidade, pois exercem um controlo tecnológico directo sobre as actividades dos utilizadores, quer com o facto de aquelas terem interesses financeiros directos na utilização da Internet. Esta é uma visão muito clara do utilizador da Internet, que quer assegurar a

sua defesa pessoal e a sobrevivência do que reconhece ser esse espaço, mas não pretende entregar essa defesa a quem tiver interesses que colidam com a sua visão do que é a Internet.

Esse discurso não é monopólio daqueles a quem Loader (2000) designa de *ciberlibertários* e cujo discurso poderia aqui ser tipificado pelas posições defendidas por Valente quando afirma não concordar com "(...) a entrada do Estado a regulamentar seja o que for. A Internet é um corpo auto-organizativo, portanto (...) os *standards* na Internet, os formatos das mensagens, os protocolos, seja lá o que for, nascem do corpo de pessoas (...), há que deixar surgir soluções por parte das pessoas, das empresas, etc. e depois aquela que funcionar e for aceite pela massa como o *standard* de facto seja depois abalizada pelas entidades estatais, é muito simples." Partindo deste ideal, surge a Fundação da Fronteira Electrónica, promovida entre outros por Mário Valente, cujo interesse era constituir uma organização de indivíduos, sensibilizados para este novo paradigma, que representasse um grupo de pressão junto do órgão do governo definidor das políticas nacionais para a Internet: a *Missão para a Sociedade da Informação*. Embora o tempo de vida da associação tenha sido curto (em 2001 já não funcionava), não deixa de constituir um exemplo significativo de como, em certos discursos sobre a Internet, sobressai uma valorização da participação associativa na defesa dos interesses individuais¹⁶.

As justificações para o porquê dessa relação com o Estado e a participação através do associativismo podem situar-se, como sugere Gonçalves (2000), no facto de a Internet, ao alargar o espaço e encurtar o tempo, permitir aos indivíduos agirem mais frequente e intensamente sobre o ambiente que os rodeia. Outro factor a ter em conta é certamente a percepção de que as instituições, actores e práticas políticas nas democracias se encontram fragilizadas e desconsideradas pelo público (Hague e Loader, 1999). Como se observa através da análise das respostas no painel de entrevistados, existe uma visão partilhada de desconfiança face aos agentes políticos. Mas ao mesmo tempo reconhece-se que depende dos governos a criação de condições para o prosperar da sociedade de informação e da utilização da

¹⁶ "Quanto à formação de grupos de defesa dos direitos dos cidadãos na utilização da Internet em Portugal, acho que é absolutamente vital isso acontecer, vai haver tendências políticas para controlar o conteúdo da Internet em Portugal em domínio .pt. (...) Estou à espera que será algum partido político a fazer a proposta para fazer uma fiscalização aos conteúdos da Internet (...). A única coisa que me irrita é a atitude preconceituosa e moralizadora das pessoas e das instituições que eu nunca sei quem são e com que critérios é que avaliam as coisas e por que é que uma coisa é chocante para uns se ela não é chocante para mim e isso é uma coisa que eu nunca aceitei, ninguém tem nada a ver com os meus gostos." (JAC 1998)

defesas etc

Político / defensor / defensor

1000

Internet. Daí que seja necessário explorar o discurso que se produz sobre o papel do Estado e a Internet.

O discurso é diversificado mas, como havíamos sugerido noutra ponta desta análise, é herdeiro de muito do que é produzido ao nível da União Europeia, como podemos verificar pelas posições expressas por Raul Junqueiro. Na análise do seu discurso são múltiplas as referências ao relatório Bangemann, Livro Branco Delors ou Livro Verde para a Convergência. Trata-se de um discurso que podemos considerar como fazendo parte de uma linha formal. Raul Junqueiro destaca a definição da sociedade da informação como um objectivo político, e o papel do governo português no seu incremento através da criação da Missão para a Sociedade da Informação e do programa *Internet nas Escolas*.

Se, para alguns, os decisores públicos reconhecem que há uma transformação em curso e que a *construção da sociedade da informação* deve ser acompanhada, já para outros o problema não reside nessa percepção mas sim na atitude dos políticos face ao interesse demonstrado para com as novas tecnologias. Para Marques, existe uma relação estreita entre o interesse político sobre a Internet e os resultados políticos daí obtidos¹⁷. Há igualmente a percepção de que as mudanças que a Internet possa trazer para o país terão de vencer obstáculos não apenas ao nível das atitudes dos políticos face ao interesse por estas matérias, mas também nas suas práticas. Como sugere Trindade, numa sociedade democrática terão de ser as instituições democráticas também a dar o exemplo de adesão às tecnologias, sem o que não é possível imaginar uma transformação social verdadeiramente nova.¹⁸

No discurso sobre a relação entre política e novas tecnologias há também lugar para a crítica aos processos utilizados no apanhamento da sociedade de informação. Se por um lado há quem concorde com a aproximação realizada aos modelos europeus de desenvolvimento de livros verdes, com medidas para traçar primeiro um enquadramento da acção, há também aqueles, como Sousa e Carvalho, que consideram ser esse modelo uma perda de tempo

precioso que poderia ter sido mais bem utilizado no recurso a medidas práticas de incentivo.

O grau de intervenção que o Estado deve ter na sociedade é porventura uma das áreas de maior polarização no discurso dos líderes de opinião. Os dois extremos desse discurso podem ser definidos como a visão reguladora, personificada por Junqueiro, e as posições *ciberlibertárias*, identificadas por Valente. Para Junqueiro não existem dúvidas quanto à necessidade de regulação por parte de entidades com algum tipo de relação com o estado. O modelo de desenvolvimento da sociedade de informação baseia-se nas redes de telecomunicações, sector económico que só pode prosperar se as regras estiverem claras e as empresas souberem com o que contar quando decidem os seus investimentos. Para Junqueiro a existência ou não de regulação não é uma questão que se coloca na sociedade de informação, quando muito a imposição tecnológica de uma sociedade baseada na convergência, poderá sugerir a necessidade de abandonarmos a lógica de continuar a ter um regulador por sector, algo que na sua opinião "cria comportamentos diferentes dos vários reguladores, e contradições, e dificuldades".¹⁹

Outro princípio claro para quem assume a necessidade de um regulador é a existência de legislação. Mesmo que a mudança tecnológica imponha uma alteração dos modelos de processamento da legislação, ela continua a ser vista por estes actores sociais como indispensável, incorporando os modelos definidos a nível da União Europeia, até porque em algumas matérias, como sugere Marques, só a cooperação internacional pode definir comportamentos e políticas comuns, pois há um papel que só o Estado pode desempenhar: o de mobilizador de recursos para o desenvolvimento estratégico de um país. Nessa perspectiva a posição de Marques aproxima-se daquilo que Castells denomina Estado Desenvolvimentista, isto é, um Estado é desenvolvimentista quando estabelece como princípio de legitimidade a sua capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a combinação de taxas de crescimento económico, altas e estáveis, e a mudança estrutural do sistema produtivo tanto no âmbito interno como nas relações com a economia internacional (Castells 2004).

Para Marques o papel do Estado é o de vulgarizar o acesso das pessoas à Internet, tornar-se o acesso mais barato e ter conteúdos e serviços interessantes e "o contributo que o Estado tem que dar é grande".

¹⁹ «Vai haver, naturalmente, uma transposição para o ordenamento jurídico português das normas que forem consagradas nalgumas estruturas a nível europeu.» (R) 1998).

¹⁷ « (...) eu acho também que os governantes perceberam que a Internet ainda não dá votos à sério. Quando perceberem que a questão mexe com a vida das pessoas talvez seja diferente.» (RM 1998)

¹⁸ «Quando nós chegarmos à conclusão de que todos os deputados têm acesso a um computador que está ligado à Internet, (...) aí poderemos exigir que os estudantes tenham acesso à Internet, como um meio trivial e obrigatório de trocar informação e comunicação com eles. Enquanto essa situação não estiver garantida, nós não podemos (...) discriminar quem tem um estatuto sócio-económico elevado contra quem não tem.» (ART 1998)

No outro extremo do espectro encontramos o discurso *ciberlibertário* que privilegia a ideia de *democracia de facto*. A *Internet* não se apresenta como anárquica, pois existem regras e leis, mas estas são produzidas pelos próprios utilizadores, não são impostas de cima para baixo. Pelo que a regulação por parte do Estado é vista como *contra natura*. Na perspectiva *ciberlibertária*, qualquer tentativa governamental de regular a *Internet* será infrutífera porque neste domínio existe uma nova forma de organização.²⁰

Interessantemente, trata-se de um discurso que não esconde os problemas produzidos por esse modelo de construção de regras. A posição de Valente é muito clara quando afirma que o problema está nos utilizadores que "(...) não estão preparados para funcionar em democracia real" e agem como se estivessem numa anarquia. Pelo que na sua opinião esse espaço de formulação de regras implica também desenvolver um grande trabalho de educação do utilizador.

Trata-se ao mesmo tempo de uma perspectiva bastante elitista e que para Valente opõe os que importam para a *Internet* os paradigmas comunicacionais e de busca de informação aprendidos com os *mass media*, isto é, aqueles que "aderem à *Internet* mas que não dominam bem a tecnologia e que são informados pelos *mass media* tradicionais sobre este site, etc. (...)" e os que compreendem a cultura do novo *media* que se baseia na procura individual da "(...) informação que lhe interessa". Na perspectiva *ciberlibertária* a autoridade está distribuída pelos utilizadores e é a utilização colectiva que impõe os *standards* de organização. A *Internet* reflecte e potencia todo um movimento social no sentido do individualismo, da responsabilidade e da autonomia organizativa individual. A *Internet* é para os *ciberlibertários* o corolário desse movimento. Digno de nota nesta análise é igualmente a percepção de que esta visão é mais forte entre os líderes de opinião com formação tecnológica e uma longa experiência de utilização da *Internet*.²¹

Há, no entanto, um espaço intermédio entre as posições *regulação vs. ciberlibertário* que é perceptível na crítica e análise das iniciativas do

Estado. A criação e disponibilização de conteúdos exemplificam bem essas posições intermédias, que dependem não de presunções prévias sobre a bondade, ou não, da intervenção do Estado, mas da análise de situações concretas. Para Sousa, no que respeita às redes, existe uma necessidade de regulação já no que se refere aos conteúdos "(...) não faz sentido criar um enquadramento jurídico".

Outro exemplo que nos pode ajudar a contextualizar as opiniões sobre o papel do Estado é o caso do servidor *Terraviva*, uma iniciativa do Ministério da Cultura Português, lançada em 1997 que possibilitava o alojamento gratuito de páginas para a comunidade lusófona na *Internet*. Se para os apoiantes da visão *ciberlibertária* "(...), o *Terraviva* são os senhores dos ministérios a quererem apresentar trabalho, a quererem fazer coisas que não têm razões de ser e para as quais não têm capacidade (Valente 1999). Já para outros esse é um "(...) bom exemplo, interessante e de boa utilização (...)" embora um bocadinho caótico, mas nestes últimos dois anos fizeram coisas que eram bastante interessantes (Morais 1999)" ou pode ser definido como "(...) a melhor coisa que se fez em *Internet* em Portugal [Terraviva], (...) a melhor bandeira da *Internet* portuguesa, todo um espaço que é aberto a que 25.000 pessoas tenham os seus sites - acho fantástico." (Marques 1999).

Que panorama geral se pode então traçar sobre o processo de idealização da relação entre *Internet* e sociedade a partir destes registos em português? Podem-se identificar duas linhas de exposição. Uma mais ligada à política activa e à actuação do Estado que encontra as suas referências de discurso nas análises europeias sobre sociedade de informação e nos relatórios dos organismos internacionais da carácter económico como a OCDE ou G7. O exemplo mais concreto é o recurso a palavras-chave definidoras de conceitos que caracterizam posições sobre a situação actual da evolução da sociedade de informação: *convergência, liberalização, privatização dos operadores públicos de telecomunicações, internacionalização e globalização de mercados*.

No entanto, o recurso a esses elementos caracterizadores não quer dizer que não exista, nesse discurso, uma sensibilidade às implicações sociais decorrentes da apropriação tecnológica. Pelo contrário o discurso leva-as em atenção quando verifica que, como afirma Junqueira, "(...) essas tecnologias vão criando um fosso maior a nível dos diferentes estratos populacionais e, quando transpomos isso a nível internacional, o fosso é abissal".

← Fosso Tecnológico

Por outro lado, é possível caracterizar uma segunda linha que privilegia uma preocupação sectorialmente adstrita (isto é, na dependência directa das suas preocupações e experiências profissionais) ou então um discurso de reflexão das implicações sociais com um

²⁰ «O facto é que não vão conseguir controlar rigorosamente nada, não vão conseguir fazer impor nenhuma forma de funcionamento e até perceberem que o paradigma da organização [da *Internet*] é completamente diferente e que o que têm que ser é mais uns jogadores no plano do que entidades de topo e até perceberem isso vão gastar muito tempo, muito dinheiro dos contribuintes e ter agradáveis surpresas porque não vão conseguir impor o que querem, simplesmente.» (MV 1998).

²¹ «Eu como técnico vejo como importante as partes técnicas, tudo o que é políticas a meterem-se eu não gosto. São pessoas que tentam falar de uma coisa que não percebem muitas das vezes e querem meter regras, quando as regras às vezes não podem ser feitas, mesmo por questões técnicas, às vezes.» (JLS 1998).

especial enfoque para as dimensões geracionais na passagem das ilusões iniciais associadas a um novo *media* para um momento diferente onde a realidade dos usos introduz uma visão mais concreta quanto à possibilidade de concretização das promessas, do papel das tecnologias e das pessoas e também dos perigos que as mesmas comportam. De entre as preocupações mais vezes apontadas nesta outra linha de exposição, encontra-se a influência que a globalização desempenha a nível nacional por via de novas lógicas de remonopolização dos mercados.

Já no campo das implicações sociais o painel de entrevistados oscila entre a preocupação e a incerteza. Se Trindade (1999) alerta para que "(...) o charme discreto das tecnologias não pode conduzir as pessoas a quererem automatizar tudo, informatizar tudo, tem que haver sempre um nicho para tomar conta dos excluídos da sociedade de informação", já para Freitas (1999) "(...) há uma banalização, uma adopção por parte dos operadores principais de grande consumo deste tipo de tecnologia. Agora o que é que isso provoca em termos sociais, isso já tenho alguma dificuldade em perceber." Iguamente de interesse é perceber quanto oscila, na linha de exposição, a representação sobre as tecnologias e a facilidade do seu uso. Se para os membros do painel com formação-base tecnológica a Internet se pode comparar com tecnologias como o telemóvel ou os cartões de ATM Multibanco, já para aqueles com pertença ao sector de negócios ou educacional a questão não é tão simples de analisar.

Os diferentes olhares que aqui procurámos identificar podem de alguma forma ser sumariados no quadro seguinte (Quadro 1.3) em que se tenta identificar uma relação entre o tipo de valorização a que se associa a Internet e a tipificação de domínios aí enfatizados.

Quadro 1.3 – Discursos produzidos e domínios tipificados sobre Internet e Sociedade

Valoriza a Internet porque...	Domínio enfatizado
(...) é um <i>media</i> exemplo da convergência tecnológica.	Desenvolvimento tecnológico
(...) é uma tecnologia facilitadora de interactividade.	Desenvolvimento tecnológico
(...) Segmenta públicos no comércio e publicidade.	Desenvolvimento económico
(...) é indutora de desenvolvimento da indústria conteúdos.	Desenvolvimento económico
(...) é um repositório de Informação acessível.	Valorização pessoal
(...) é facilitadora da produção e consumo de informação.	Valorização pessoal
(...) é um espaço público e nova forma de individualização.	Valorização pessoal
(...) é um espaço de proximidade de interesses.	Valorização pessoal
(...) é um espaço de democracia <i>de facto</i> .	Dimensão Política

A análise dos diferentes discursos, ou olhares, sobre as perspectivas de relação entre a Internet e sociedade apontam para a inexistência de um olhar único, unidimensional, sobre essa realidade. A razão radica, provavelmente, no facto de cada utilizador da Internet acreditar que individualmente está a contribuir para essa mesma mudança social, através da própria utilização da tecnologia para os fins que ele lhe atribui como mais significativos. A realidade é também transformada pela sua acção, ou seja, que não é um mero espectador mas um elemento que contribui para a mudança social. Daí que o seu discurso também reflecta, em primeiro lugar, os seus interesses pessoais, a sua forma de lidar com os outros e com o mundo, não havendo lugar para a aceitação de verdades que o próprio não possa por si mesmo experimentar e comprovar.

A Construção Cultural do Conceito de Sociedade de Informação

Focando a nossa atenção em Portugal (mas colocando a hipótese de que análises similares noutros países da União Europeia possuirão uma probabilidade elevada de demonstrar resultados idênticos) a leitura dos discursos concede claramente às tecnologias de informação em geral, e à Internet em particular, um papel na mudança social. Importa agora perceber como se configura esse papel de mudança.

A análise até aqui realizada confirma uma hipótese, a de que a *concepção partilhada de mudança social é, essencialmente, fruto das práticas embora esteja enquadrada numa dada matriz conceptual: a ideia de Sociedade de Informação*.

Não são os papéis sociais que determinam o discurso, mas sim o tipo de prática (ou a não prática e por consequência o recurso apenas à análise teórica) que se faz da tecnologia e o tipo de objectivos que cada um associa à tecnologia: informar, ensinar, obter lucro, incrementar a democracia, desenvolver o comércio electrónico, desenvolver o projecto político de sociedade de informação, etc.

Por outro lado, o discurso partilhado por quem não utiliza as tecnologias de informação é essencialmente formado com base na *mediação* oferecida pelos *media* como a televisão, a rádio e os jornais. Numa análise originalmente dedicada ao mundo anglo-saxão, mas passível de correspondência com a realidade dos *media* portugueses, Mark Stefik (1995) na sua análise da linguagem mediatizada dos

primeiros anos de difusão da Internet, identificou quatro arquétipos organizadores dos discursos produzidos pelos *media*, nomeadamente os jornais, a televisão e a rádio. O primeiro arquétipo refere-se à ideia de *Biblioteca Digital*, isto é, as tecnologias de informação como instrumento de difusão de informação e memória da comunidade. O segundo à ideia de tecnologias de informação como novo *Meio de Comunicação*, isto é, como propiciadoras de um emissor/receptor ou produtor/consumidor activos. O terceiro arquétipo configura a ideia de tecnologias como *Mercado Electrónico*, um novo meio de venda e distribuição de produtos e serviços e, por último, a ideia de tecnologias de informação como propiciadoras da construção de *Mundos Digitais*, novos espaços de criação de comunidades virtuais e *online*.

Embora mantendo a atenção dada a cada um desses arquétipos, o tipo de discurso que os *media* têm vindo a oferecer tem também evoluído ao longo da última década. O discurso dos *media* foi, no início da difusão da Internet, fortemente caracterizado por um discurso tecnocultural (Robins 2001) e ao mesmo tempo por aquilo que Castells refere ser uma crença tecnocrática no progresso humano através da tecnologia (Castells 2004).

A mesma lógica poderia ser encontrada em outras temáticas e na sua oscilação entre a promoção de um discurso mais utópico, referenciado a uma primeira fase da difusão da Internet e do ideário de sociedade de informação, e a consequente evolução para o discurso de carácter mais distópico que caracteriza o interesse dos *media* nos últimos anos sobre as temáticas da mudança social associadas às tecnologias de informação. Também Dominique Wolton (1999) se interessou pela análise do discurso em torno das tecnologias de informação: sugere que todos os modelos de comunicação compreendem três dimensões: a tecnológica, a cultural e a social. Assim o que é fundamental é tentar perceber o significado cultural da adesão, às chamadas novas tecnologias, através da análise do discurso produzido sobre elas por *mediação dos media*, isto é, através das opiniões e notícias veiculadas socialmente. A partir da sua análise Wolton propõe cinco razões diferentes que podem explicar o sucesso das novas tecnologias e que constituem também parte da matriz cultural do modelo de comunicação actual.

Modelo de Castells
A partir de...

Quadro 1.4 – Exemplos de notícias de jornais com agendamentos utópicos e distópicos

Notícia de jornal dominada por um agendamento utópico/positivo	Notícia dominada por um agendamento distópico/negativo
E-mail Gratuito para Todos António Guterres afirmou no congresso do PS que a Sociedade da Informação era o próximo grande desafio para Portugal. Disponibilizar um milhão de endereços electrónicos, multiplicar por mil os conteúdos portugueses na Internet e alargar a todo o país o programa Cidades Digitais foram as metas apontadas. O PÚBLICO procurou saber como vai ser e, em particular, como pensa o Governo concretizar as três iniciativas. José Mariano Gago, ministro da Ciência e da Tecnologia, traçou, em entrevista, o quadro estratégico em que estas iniciativas se inserem e descreveu as condições necessárias para as tornar realidade. (...) O compromisso deste Governo com a Sociedade da Informação (...). Várias medidas têm sido tomadas pela Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação. Mas o facto de Guterres ter decidido enunciar as próximas acções prioritárias no Congresso dos socialistas é significativo da importância cada vez maior que está a ser atribuída à Sociedade da Informação como motor e condição do desenvolvimento. Por Rita Hasse Ferreira	País pouco informados sobre internet Os pais portugueses são os menos informados sobre a forma de proteger as crianças dos conteúdos perigosos e ilegais disponíveis na Internet. Segundo um inquérito da Comissão Europeia, 66 por cento dos inquiridos afirma que precisa de mais dados sobre esta questão, valor só ultrapassado pela Grécia, onde apenas oito por cento responde que não precisa de mais informação. Ao mesmo tempo, mais de 30 por cento admite não fazer ideia da forma como as crianças reagem se se depararem com conteúdos <i>Online</i> pouco recomendáveis. Juntamente com os espanhóis, os portugueses são também aqueles que menos regras estabelecem para as suas crianças, quer seja a navegar na Internet, a ver televisão, a usar telemóvel, ou em jogos de vídeo. Pouco mais de metade dos inquiridos afirma controlar o consumo destas formas de entretenimento. (...) A seguir à Grécia (15 por cento), Portugal é o país comunitário com a menor percentagem de utilização: 31 por cento. A lista é liderada pela Dinamarca, com 64 por cento. O estudo – que teve como objectivo avaliar o uso da Internet pelas crianças e a forma como os pais lidam com os conteúdos perigosos – foi realizado entre 2 de Novembro e 12 de Dezembro do ano passado a 16 014 europeus com mais de 15 anos. Diário de Notícias, 12 Abril de 2004

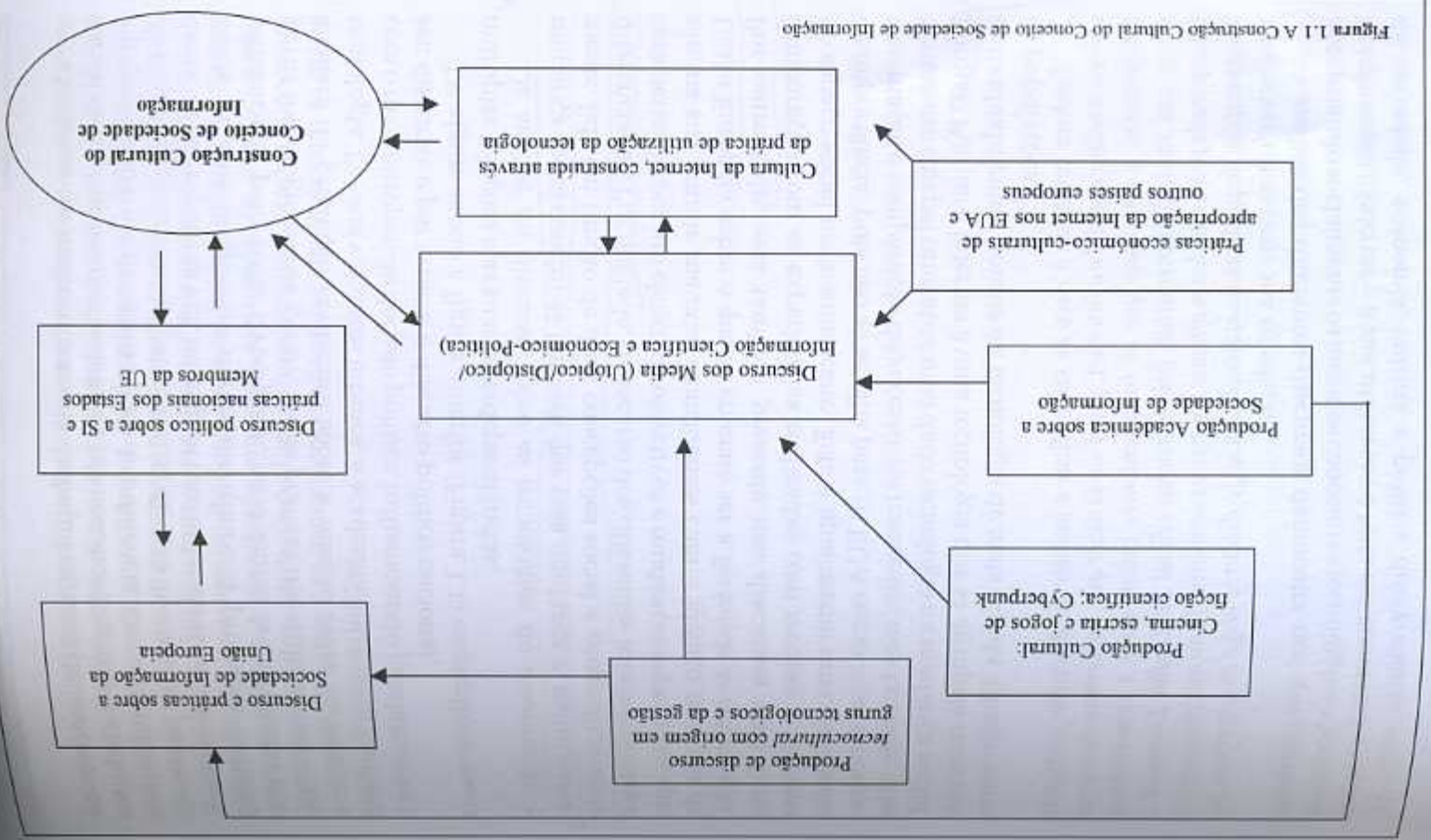
A primeira resulta da ideia de ruptura com os *media* de massas, visto que no discurso corrente a televisão é vista como a tecnologia que representa o passado e o presente, e a Internet é associada ao futuro em particular porque transmite um sentimento de actividade *versus* idealização da passividade da televisão – algo que como sabemos por Eco (2004b) está longe de ser demonstrável. Uma outra característica associada à Internet é a ideia de que essa tecnologia promove a comunicação *imediata*, criando um sentimento de igualdade entre os seus utilizadores, numa relação cujo modelo, assente na troca comunicativa, se sobrepõe ao domínio da imagem característica da televisão.

Mas, se a encomenda foi realizada por uma estrutura cuja cultura assenta sobre o controlo hierárquico, a sua criação e posterior uso couberam a uma comunidade científica que vivia uma época, caracterizada por aquilo que Ortoleva denomina de *utopia comunicativa* (Ortoleva 1991), ou seja, a cultura associada à Internet foi definida, nos seus primeiros anos de vida sobre três processos complementares. O primeiro foi o da *democratização do acesso*, com a criação de uma arquitetura que permitisse de um modo fácil assumir a *palavra*, ou seja, entrar no sistema e adquirir a pertença à comunidade; o segundo processo residiu na *comunicação a partir de baixo*, uma vez que com o email, os newsgroups e *mailing lists* se pôde cumprir o ideal de recusa hierárquica da organização presente nos *media* tradicionais, ao mesmo tempo que se destruíam as barreiras de separação entre *alta* e *baixa* cultura e implementavam lógicas de autoria múltipla ou partilhada, como no caso do hipertexto. O último processo para definir a cultura da Internet assentou na *diversificação do público*. Por contraste à ideia de um público de *massa* – homogêneo e atomizado, associado à televisão ou aos jornais – promoveu-se uma estrutura presente nos grupos de conversação e páginas *Web*, que permitia oferecer uma multipicidade de escolhas diversificadas, mas que, ao mesmo tempo, era também constituída por células colectivas de partilha de interesses.

A cultura da Internet, formada pelas práticas dos seus utilizadores, é um dos elementos para a construção cultural do conceito de sociedade de informação. E é possível encontrar, para cada uma das diferentes dimensões enunciadas por Castells e Ortoleva uma correspondência nos discursos atrás analisados.

A *cultura tecnomeritocrática da excelência científica e tecnológica*, que surge basicamente a partir da Ciência e do mundo académico, está presente nos discursos de Armando Rocha Trindade e Carlos Campos de Moraes, ambos investigadores e membros da comunidade académica. A *cultura hacker* que, segundo Castells, forneceu um carácter específico à meritocracia através do fortalecimento das fronteiras internas da comunidade dos tecnologicamente iniciados, está presente no discurso de Mário Valente, ele próprio um hacker. O apropriar da possibilidade de *ligação em rede por parte de redes sociais* surge no discurso de José Alberto Carvalho, Torres Pereira ou Rui Marques, indivíduos com interesses profissionais diferenciados, com uma perspectiva social apurada pela própria prática individual ou promoção da utilização dessas mesmas redes sociais. Por último, aqueles que Castells designa como os *empregadores da Internet*, dotados de habilidade tecnológica, de um poder de negociação considerável relativamente às regras sociais e instituições dominantes, são exemplificados por João Luis Sousa e Pina Miranda, ambos ao serviço de estruturas de negócios.

Figura 1.1 A Construção Cultural do Conceito de Sociedade de Informação



Os elementos intervenientes na definição cultural do conceito de sociedade de informação, tal como o conhecemos hoje nas sociedades europeias, são fruto de vários níveis de influência. Os *media* nacionais e europeus possuem um papel central na difusão do discurso pelo todo da sociedade e, por sua vez, interagem com diversos outros elementos, desde os seus congéneres norte-americanos, à produção cultural influenciada pelo estilo Cyberpunk, ao discurso tecnocultural dos gurus tecnológicos e da gestão, até às práticas dos utilizadores e das análises da produção académica sobre a relação entre sociedade e tecnologia. Por sua vez, estes últimos, a academia, interagem também com o nível europeu de decisão política, influenciando parcialmente o seu discurso, e por arrasto o discurso político nacional.

De algum modo a figura anterior (Figura 1.1) exemplifica essas múltiplas relações e as suas interdependências.

Da análise do discurso sobre as tecnologias de informação e mudança social conclui-se também que essa mudança é, maioritariamente, lida em função de duas concepções social e geograficamente diferenciadas. Por um lado, o discurso dos diferentes intervenientes é caracterizado por um elenco de objectivos e mudanças esperadas, que são, na sua grande maioria, coincidentes com o *ideário* oriundo da União Europeia sobre o que se entende ser a *Sociedade de Informação*. Por outro lado, está também presente nos discursos uma forte comparação com as experiências realizadas com recurso à Internet no espaço social norte-americano. Esta é igualmente uma conclusão de importância, pois não só se olha para os EUA como local de experimentação e comparação do sucesso, ou insucesso, mas também aí se demonstra o papel central de uma dada tecnologia na mudança social. Porquê? Porque a Internet é uma tecnologia que se apropria directa e individualmente e porque é a tecnologia de mais rápida difusão entre as populações.

Embora correndo o risco de simplificar a análise do discurso praticado sobre a mudança social e a internet, poder-se-ia dizer que, em termos de regíms e objectivos, a sociedade que os intervenientes crêem estar a construir-se segue um modelo transmitido pelo discurso oficial da União Europeia e incorporado pelas entidades oficiais nos países membros. Já no que diz respeito aos exemplos de práticas de aplicação social, o discurso elege as experiências norte-americanas como sua referência.

A análise dos diferentes discursos demonstra-nos que, embora apropriando socialmente os mesmos conceitos e tecnologias – *Sociedade de Informação e Internet* – a sua utilização é feita em contextos e visões da sociedade, economia, cultura e política diferenciadas entre si.

Existe nos discursos partilhados sobre essa temática um maior enfoque na ideia de Internet como instrumento de *valorização pessoal* dos indivíduos e, em simultâneo, de *ferramenta de desenvolvimento económico* do que como um novo campo para o exercício da *democracia*. A segunda conclusão a tirar desta análise é que apesar da apropriação generalizada do conceito de Sociedade de Informação e de Internet entre as elites e a população em geral, na realidade, embora partilhemos conceitos, atribuímos-lhes diferentes significados consoante as nossas práticas e as redes de socialização e *mediação* com as quais partilhamos pertenças.